

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- CONSEPE

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 06 DE 15 DE ABRIL DE 2015

(Atualizada pela Resolução Consepe nº 67/2015, de 07.12.2022)

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso Superior de Tecnologia em Turismo Patrimonial e Socioambiental (Câmpus de Arraias).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 15 de abril de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso Superior de Tecnologia em Turismo Patrimonial e Socioambiental (Câmpus de Arraias), conforme Projeto, anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

MÁRCIO SILVEIRA
Reitor

emc.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO (PPC) DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL, CÂMPUS DE ARRAIAS.

Anexo único da Resolução n° 06/2015 - Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 15 de abril de 2015.
Atualizado pela Resolução Consepe n.º 10, de 22 de março de 2017.

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 67/2015, de 07.12.2022)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 06/2015 - CONSEPE

CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS

**PROJETO PEDAGÓGICO (PPC) DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL, CÂMPUS DE ARRAIAS**

ARRAIAS-TO,
FEVEREIRO 2015



CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS

Administração Superior

Prof. Márcio Antônio da Silveira
Reitor

Prof^a. Isabel Cristina Auler Pereira
Vice-Reitora

José Pereira Guimarães Neto
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Prof^a. Berenice Feitosa da Costa Aires
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Waldecy Rodrigues
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. George França
Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Prof. George Lauro Ribeiro de Brito
Pró-reitora de Assuntos Estudantis

Prof^a. Ana Lúcia de Medeiros
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Prof. Idemar Vizolli
Diretor do Campus Universitário de Arraias

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	5
II. CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	6
2. A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	7
3. PERFIL INSTITUCIONAL	9
4. MISSÃO INSTITUCIONAL	10
4.1 Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UFT	12
5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT	13
5.1. Os Campi e os respectivos cursos	14
III. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	17
1. NOME DO CURSO/HABILITAÇÃO	17
2. ENDEREÇO DO CURSO	17
3. ATO LEGAL DE RECONHECIMENTO DO CURSO	17
4. NÚMERO DE VAGAS DO CURSO DE TURISMO	17
5. TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	17
6. DIREÇÃO DO CAMPUS	18
7. COORDENAÇÃO DO CURSO	18
8. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO	19
9. RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS DO COLEGIADO:	19
10. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC	19
11. DIMENSÃO DAS TURMAS TEÓRICAS E PRÁTICAS	20
12. HISTÓRICO DO CURSO: CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA	20
IV. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	23
1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	23
2. COORDENAÇÃO ACADÊMICA	23
3. PROJETO ACADÊMICO DO CURSO	23
3.1. Justificativa	23
3.2. Objetivos do curso	25
3.3. Perfil Profissiográfico	26
3.4. Perfil do Curso	26
3.5. Competências, Atitudes e Habilidades	27
3.6. Campo de Atuação	28
V. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO	29
1. CONTEÚDOS CURRICULARES	29
1.1 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010)	30
2. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	30
3. EMENTAS	34
VI. METODOLOGIA	62
1. INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	62
2. MONITORIA E PROGRAMA DE TUTORIA DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL	63
3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	63
3.1 Operacionalização da Atividade Complementar	65
4. ATIVIDADES INTEGRANTES	67
5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	68
5.1. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado	69
5.2 O TCC ou Relatório Técnico Científico	Erro! Indicador não definido.
5.3 Modelo de Relatório do Estágio - Relatório Técnico Científico	90
6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	97

6.1. Concepções Sobre Avaliação Do Processo Ensino-Aprendizagem.....	97
6.2 Prática profissional.....	98
7. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	99
8. AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENAD E OUTROS)	99
VII. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	101
1. Formação Acadêmica E Profissional Do Corpo Docente	101
2. REGIME DE TRABALHO	103
3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	104
3.1. Regimento Geral do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso De Turismo Patrimonial e Socioambiental do Câmpus de Arraias/UFT.....	105
4. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OU CIENTÍFICO DO CORPO DOCENTE	107
5. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ATENDE AO CURSO.....	107
VIII. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	108
1. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS EXISTENTES NO CÂMPUS DE ARRAIAS	108
1.1. Biblioteca	109
1.2. Instalações E Equipamentos Complementares	117
1.2.1. Laboratório De Informática – LABIN	117
1.2.2. Laboratório De Educação Matemática – LEMAT	117
1.2.3. O Laboratório De Ensino De Matemática – LEM	117
1.2.4. Laboratório De Pesquisa De Práticas Pedagógicas - LAPPE	118
1.2.5. Laboratório De Pesquisa Em Ensino De Ciências – LAPBEC.....	118
1.2.6. Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação – LIMITIC.....	119
1.3. Áreas De Lazer E Circulação	119
1.4. Recursos Audiovisuais	119
1.5. Acessibilidade Para Portador De Necessidades Especiais	120
1.6. Sala De Direção De Campus.....	120
1.7. Sala De Coordenador De Curso	120
1.8. Infraestruturas De Serviços	120
1.9. Serviços Terceirizados	121
1.10. Obras Em Andamento	121
2. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS A SEREM IMPLANTADOS NO CÂMPUS DE ARRAIAS.....	121
IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXO A – REGIMENTO DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL-UFT/ARRAIAS.....	124

I. APRESENTAÇÃO

CONSIDERANDO a Lei nº 9394 de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 02 de 18/06/07, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 13 de 24/11/06, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo;

CONSIDERANDO que os artigos 44 e 46 do Regimento Acadêmico da UFT estabelecem que a matrícula semestral do acadêmico dos cursos de graduação será efetivada atendendo aos limites mínimos e máximos de créditos expressos no Projeto Pedagógico do Curso e, que a efetivação da matrícula somente poderá ocorrer sem sobreposição de horários e cumprindo os demais requisitos previstos no Projeto Pedagógico do Curso;

CONSIDERANDO que cada curso de graduação tem um currículo pleno e organizado de acordo com a legislação em vigor, devendo ser cumprido integralmente pelo estudante, a fim de que possa qualificar-se para a obtenção de um grau acadêmico.

Apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo, a ser implantado no campus de Arraias.

II. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de campi da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da

Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

2. A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá

por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) campi universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses campi, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias e Tecnológicas, Engenharias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir: As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas; A presença no estado dos povos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos; Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local sustentável.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e quilombola significativo população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação

contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (Arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário - financeira e acadêmico- administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados 719 professores efetivos, 37 professores substitutos e 584 técnicos administrativos¹. Atualmente, a Universidade oferece 63 cursos de graduação e 7 programas de mestrado e 1 de doutorado reconhecidos pela Capes, além de vários cursos de especialização lato sensu.

4. MISSÃO INSTITUCIONAL

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010) e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007), no Planejamento Estratégico da UFT em processo de aprovação, apresenta nova missão, que já está vinculada no site institucional, que é “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento

socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”, tendo como visão estratégica “Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, na pesquisa e na extensão”, sendo valores da UFT “Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação; Responsabilidade social e a Equidade”.

Ratificando os termos do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e mudanças em processo que compõe o Planejamento Estratégico da UFT, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidades docentes, discentes e administrativas deverão estar voltados para:

I. o estímulo à efetiva interação com a sociedade, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

III. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

IV. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. a promoção da extensão articulada com o ensino e a pesquisa, de forma aberta à participação da população e em sintonia com as necessidades sociais emergentes, nas linhas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Com aproximadamente quinze mil alunos, em sete campi universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis.

¹ Fonte: Dados fornecidos pelo sistema SIE em outubro/2010

A partir do 2º. Semestre de 2009, foram implantados mais 14 novos cursos nas áreas de Ciências Naturais (Química, Física e Biologia) em Araguaína; Ciências da Saúde (Nutrição e Enfermagem); Engenharias (Engenharia Elétrica e Engenharia Civil); Filosofia e Artes (licenciaturas) em Palmas; Ciências Agrárias e Tecnológicas (Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e Química Ambiental) em Gurupi e, os cursos tecnológicos de Gestão e Negócios em Cooperativas, Logística e Gestão de Turismo em Araguaína. E, ainda, foi iniciada a oferta de licenciaturas para a formação de professores da rede pública de ensino que atuam sem a titulação exigida pela legislação educacional, integrando o Plano Nacional de Formação de Professores da Capes/MEC.

4.1 Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UFT

Segundo o PPI a UFT tem como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. Esses conceitos vão permear os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFT, dando permeabilidades às transformações, a interdisciplinaridades, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teórica-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino.
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem.
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mas que dominar o conhecimento passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro.
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno.

- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade.
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber.
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento.
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado.
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas de mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT

Segundo o Regimento Geral da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

Pró-reitorias: de Graduação; de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão e Cultura, de Administração e Finanças; de Avaliação e Planejamento; de Assuntos Estudantis. No estatuto da

UFT estão definidas as atribuições da Pró-reitoria de Graduação (art. 20), da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21), da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22) e da Pró-reitoria de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-reitorias estruturar-se-ão em diretorias, divisões técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art.24).

Conselho Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do campus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de Campus: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada campus.

Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.

Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de campi universitários.

5.1. Os Campi e os respectivos cursos

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de Bacharelado: História, Medicina Veterinária e Zootecnia. Licenciatura: Biologia, Física, Geografia, História, Letras – Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas, Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas, Matemática e Química. Tecnólogo: Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística. EAD: Administração Pública, Biologia, Física e Química. PARFOR: Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

Cursos de Pós-Graduação:

- Mestrado Acadêmico: Ciência Animal Tropical e Ensino de Língua e Literatura.
- Mestrado Profissional: Letras (UFT é uma Universidade Pólo – PROFLETRAS) e História (UFT é uma Universidade Pólo – PROFHISTÓRIA).
- Doutorado Acadêmico: Ciência Animal Tropical e Ensino de Língua e Literatura.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Licenciatura: Educação do Campo, Matemática e Pedagogia. EAD: Administração Pública, Biologia e Matemática. PARFOR: Matemática e Pedagogia e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas, pesquisa em educação e biofísica;

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de Bacharelado: Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal e Química Ambiental. EAD: Administração Pública, Biologia, Física e Química. PARFOR: Biologia, Geografia e Matemática.

Cursos de Pós-Graduação:

- Mestrado Acadêmico: Biotecnologia, Ciências Florestais e Ambientais e Produção Vegetal.
- Doutorado Acadêmico: Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos bacharelado: Psicologia e Serviço Social. Licenciatura: Educação Física e Pedagogia. Parfor: Educação Física, História e Pedagogia e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de bacharelado: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social/Jornalismo, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Medicina e Nutrição.

Licenciatura: Filosofia, Pedagogia e Teatro. EAD: Física e Química. PARFOR: Informática, Matemática e Pedagogia.

Cursos de Pós-Graduação:

- Mestrado Acadêmico: Agroenergia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências do Ambiente e Desenvolvimento Regional e Educação.
- Mestrado Profissional: Ciência da Saúde, Gestão de Políticas Públicas; Engenharia Ambiental; Matemática; Modelagem Computacional de Sistemas; além de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.
- Doutorado Acadêmico: Ciências do Ambiente, Bionorte, Biotecnologia e Biodiversidade.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece os cursos de bacharelado: Ciências Biológicas, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais. Licenciatura: Ciências

Biológicas, Geografia, História, Letras – Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Letras – Libras. EAD: Biologia e Química. PARFOR: Ciências Biológicas, Geografia, História e Letras.

Cursos de Pós-Graduação:

- Mestrado Acadêmico: Ciência Animal Tropical e Ensino de Língua e Literatura.
- Mestrado Profissional: Ecologia de Ecótonos e em Geografia.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Ciências Sociais, Educação Física, Educação do Campo e Pedagogia. PARFOR: Pedagogia.

III. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

1. NOME DO CURSO/HABILITAÇÃO

Nome: Turismo Patrimonial e Socioambiental

Habilitação: Tecnólogo

2. ENDEREÇO DO CURSO

O curso de Graduação em Turismo da UFT funciona no Campus Universitário de Arraias, na Unidade do Campus Buritizinho, situado na Rua Juraildes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho – CEP: 77.330-000 – Arraias/Tocantins.

3. ATO LEGAL DE RECONHECIMENTO DO CURSO

Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) Nº 15 de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação de Cursos de Graduação na Universidade Federal do Tocantins.

4. NÚMERO DE VAGAS DO CURSO DE TURISMO

O Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT – Campus de Arraias funcionará em regime semestral com entrada anual de 40 (quarenta) alunos.

5. TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Turismo da UFT – Campus de Arraias funcionará em período noturno.

6. DIREÇÃO DO CAMPUS

De acordo com o Regimento Geral da UFT, o Diretor de Campus deve ser eleito pela comunidade acadêmica para um mandato de quatro anos. Atualmente o Campus Universitário de Arraias encontra-se sob a direção do Prof. Dr. Idemar Vizolli e possui competência para:

I. Representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta representação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;

II. Promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;

III. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

IV. Integrar o Conselho Universitário;

V. Encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;

VI. Apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

VII. Delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto;

VIII. Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência e representar, perante o Reitor, contra irregularidades ou atos de indisciplina;

IX. Exercer o controle disciplinar do pessoal pertencente ou ocasionalmente vinculado ao Campus;

X. Determinar a abertura de sindicância;

XI. Superintender, coordenar e fiscalizar as atividades do Campus, executando e fazendo executar as disposições estatutárias e regimentais, assim como qualquer outra determinação emitida pelos órgãos superiores da Universidade;

XII. Deliberar sobre a distribuição das tarefas docentes e de pesquisa, quando, por qualquer motivo, não o tenha feito o Conselho Diretor de Campus;

7. COORDENAÇÃO DO CURSO

De acordo com o Regimento Geral da UFT, o Coordenador de curso deve ser eleito pelo colegiado de curso, para um mandato de dois anos, com competência para:

I. Atuar junto ao corpo discente, orientando-o quanto às suas matrículas, procurando as possíveis soluções às dificuldades acadêmicas eventualmente apresentadas por estes;

II. Buscar atender às solicitações documentais e de execução da Universidade via reitoria e pró-reitorias, permitindo o correto fluxo de informações e documentação;

III. Planejar e avaliar as atividades acadêmicas dos semestres subsequentes, atendendo às necessidades básicas para o exercício pleno da atividade docente;

IV. Manter contato com os segmentos externos à Universidade, sempre que solicitado, viabilizando a integração Universidade-sociedade organizada;

V. Participar efetivamente em órgãos colegiados acadêmicos;

VI. Participar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, com direito a voz e a voto, o qual se reúne mensalmente, para deliberar sobre os assuntos pertinentes à atuação deste Conselho;

VII. Participar juntamente com os docentes das atividades do colegiado de curso ou equivalente: tanto o coordenador quanto os respectivos docentes compõem o colegiado do curso de Medicina Veterinária;

VIII. Reunir com o colegiado para tratar de assuntos pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão do curso, vinculadas ao ensino de graduação;

IX. Permitir a participação do corpo discente do curso, representado pelo Centro Acadêmico e Diretório Central dos estudantes da UFT, nas reuniões colegiadas, com o direito a voz e a voto.

8. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO

O corpo técnico administrativo referente à secretaria acadêmica do curso de Tecnólogo em Turismo será composto por:

01 – Assistente em Administração – Lotado no campus a disposição da coordenação do curso de Turismo.

9. RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS DO COLEGIADO:

Esta relação será preenchida quando da nomeação dos professores que irão trabalhar nos cursos.

10. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

Nome	Formação atual	Link Lattes	Regime de trabalho
Alice Fátima Amaral	ME.	http://lattes.cnpq.br/2992153615005024	40 horas
Ana Cláudia Macedo Sampaio	ME	http://lattes.cnpq.br/5950004066824854	DE
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus	ME	http://lattes.cnpq.br/0485895333028312	DE
Edilene Aldelino Pequeno	ME	http://lattes.cnpq.br/1274191689474470	DE
Elisabeth Sydow	ME	http://lattes.cnpq.br/6435264980379189	DE
Noeci Carvalho Messias	DR	http://lattes.cnpq.br/8189787178162250	DE
Rosane Balsan	DR	http://lattes.cnpq.br/1521061622984234	DE
Sandra Regina Evangelista Araújo	ES	http://lattes.cnpq.br/895430180089319	40
Ulisses José Gabry	ES	http://lattes.cnpq.br/2686286665031704	40
Ursula Sydow	ME	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776426T8	DE
Zysman Neiman	DR	http://lattes.cnpq.br/6435341856481082	DE

11. DIMENSÃO DAS TURMAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

O curso Turismo Patrimonial e Socioambiental, visa atender as diversidades socioculturais, socioambientais, socioeconômica, sociopolítica-institucional, regional atuando na área de Ciências Sociais Aplicadas. O curso terá como eixo a sustentabilidade do patrimônio sociocultural e socioambiental, formando três núcleos de formação interligados: núcleo de formação básica, núcleo de formação específica e núcleo de formação teórico-prática, como prevê a Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006. O curso terá turmas de 40 alunos, turno vespertino com uma entrada ano. Entendendo que a prática jamais deverá se dissociar da teoria, acredita-se que o número de alunos nessas aulas deve obedecer sempre a uma constante, observando sempre as proporções acima mencionadas. Desse modo, protege-se o projeto pedagógico de adaptações e/ou adequações cuja finalidade última é o comprometimento com elevações de dados estatísticos em detrimento da qualidade de ensino.

12. HISTÓRICO DO CURSO: CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA

O curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental de Arraias está sendo proposto a partir da proposta de expansão e consolidação do Câmpus de Arraias, considerando para isso os

estudos iniciados em 2011 e finalizado em 2013, que teve como metodologia de visitas aos municípios do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, que fazem parte da região de abrangência do Câmpus. Considerando as riquezas socioambientais, socioculturais da região foi levantada como demanda a criação de curso de turismo.

O Sudeste do Tocantins conta com extensão territorial 47.332 km², o que representa 17% da área total do Estado e em função de suas características socioeconômica enquadra-se no Território da Cidadania; e é constituído por 21 municípios (Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Taguatinga e Taipas do Tocantins). De acordo com os dados do Portal da Cidadania do Governo Federal, em 2010 a população do Território do Sudeste do Tocantins era de 123.805, sendo que 35.085 vivem na área rural (28,34%); conta com 6.381 agricultores familiares, 852 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas; com média de desenvolvimento humano (IDH)-Renda, de 0,67.

A região do nordeste goiano, também atendido pela UFT-Arraias está inserida no Território da Cidadania (Chapada dos Veadeiros, GO), abrange uma área de 21.475,60 km² composto pelos municípios Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colina do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Terezinha de Goiás e São João da Aliança; uma população de 62.656 habitantes, dos quais 20.546 vivem na área rural (32,79%); conta com 3.347 agricultores familiares, 1412 famílias assentadas, 6 comunidades quilombolas e 1 terra indígena; e IDH médio é de 0,68. Na perspectiva de diminuir essas desigualdades, várias políticas nacionais e estaduais de desenvolvimento têm beneficiado a região sudeste do Tocantins, tais como: Território da Cidadania, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, entre outros.

O Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental terá como princípio a formação humana, o desenvolvimento sustentável numa perspectiva que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Nesse sentido, para o curso de turismo a sustentabilidade deve ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na eficiência econômica, na diversidade cultural, na proteção, conservação do meio ambiente e na equidade social. Compreendendo o turismo, no contexto da

sustentabilidade, como uma atividade de fundamental importância para a sociedade e um dos principais fatores de interação humana e de integração política, cultural e econômica num mundo cada vez mais globalizado em todos os seus aspectos.

IV. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A gestão do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental será feita pela Direção do Câmpus de Arraias, Coordenação do Curso, Colegiado do Curso e Conselho Diretor do Câmpus, sendo estes gestores e órgãos colegiados de decisão de todas as atividades inerentes ao corpo discente, docente e administrativo ligados aos cursos da UFT, com a função de cumprir os objetivos do Planejamento Estratégico da UFT seguindo as premissas de seu Estatuto, Regimento e Plano de Desenvolvimento Institucional, onde se encontram a Missão da UFT e suas metas de ação a curto, médio e longos prazos.

2. COORDENAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação acadêmica é planejada e executada pelo Colegiado do Curso e pela Coordenação, seguindo o regimento interno do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental instruído conforme regimento da instituição.

3. PROJETO ACADÊMICO DO CURSO

3.1. Justificativa

A justificativa para a implantação do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, modalidade tecnólogo na Universidade Federal do Tocantins/Câmpus de Arraias, é a de atender não somente a aquisição do conhecimento, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades da área do turismo.

A atividade turística representa uma alternativa relevante no cenário nacional e internacional, como fator impulsionador social, econômico e cultural de uma determinada localidade. Desta forma a UFT busca inserir o Estado na conjuntura econômica da Amazônia Legal, assim como no contexto nacional, propondo, por meio da implantação do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, formar profissionais habilitados e capazes de desenvolver atividades com competência, ética, e responsabilidade, pautada não somente no fator socioeconômico, mas também nos fatores ambientais, culturais e patrimoniais. É neste enfoque que deve estar a pedra fundamental do planejamento e organização das atividades turísticas que propõe este Câmpus.

A qualificação profissional voltada para a realidade local e ao desempenho de suas atribuições em qualquer parte do país proporcionará uma oportunidade para a região Sudeste do Tocantins, rica em atrativos turísticos naturais e patrimoniais, bem como para outras regiões e estados vizinhos.

O estado do Tocantins é a mais nova Unidade da Federação Brasileira, criado sob a nova Constituição federal de 1988, teve sua implantação consolidada em 1º de Janeiro de 1989, com a secessão Goiás. A área geográfica desse estado é por natureza bastante privilegiada, localizando-se no centro geodésico do país, constituindo-se, portanto, como um privilegiado elo entre o centro-sul e o norte/nordeste brasileiro.

No contexto geográfico permeia a importância dos vários atrativos turísticos existentes no Estado, que vão desde as belas praias dos rios Araguaia e Tocantins, o deserto do Jalapão, a Ilha do Bananal, o Parque do Cantão, as Cachoeiras de Taquarussú, a beleza do Rio Azuis, as cachoeiras, as cavernas de Aurora, os balneários, Comunidades Indígenas e Quilombolas, além das cidades históricas e fazendas, entre outros.

Conforme preconiza Roberto Boullón, a forma paralela que os dois vales percorrem no Estado traduz naturalmente a consolidação de dois “Corredores Turísticos”, além das serras que cortam a região possibilita uma riqueza natural paisagística, assim como as cidades históricas da região formada a partir do ciclo do ouro do século XVIII, as Comunidades tradicionais, principalmente as quilombolas que se encontram no entorno de Arraias, detentoras de patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira.

Vislumbrou-se, pois, a possibilidade de transformar o patrimônio paisagístico, cultural, considerando os bens de natureza material e imaterial, a cultural tocantinense em o turismo, entendido como fator de construção da cidadania e da integração social. A implementação do turismo patrimonial e socioambiental, aponta para novos polos turísticos, como as grutas, cavernas, Rios como Azuis, as Comunidades Quilombolas do Tocantins que hoje são 29, além do patrimônio cultural e arquitetônico das cidades fundadas no ciclo do ouro, das festas religiosas, romarias e as comunidades indígenas. A consolidação do Turismo no sudeste tocantinense vem, pois, atender as demandas apresentadas pelo Ministério do Turismo, pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, pelo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, pela Coordenação Geral de Regionalização, que produziram em 2007, Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade, documento que visa:

[...] espera é que cada região turística planeje e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento,

possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. Para tanto é necessário perceber o turismo como atividade econômica capaz de gerar postos de trabalho, riquezas, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 8).

Como justificativa final, o curso proposto permite desenvolver não somente atividade de ensino, graduação, mas também aquelas decorrentes das características do curso, como a pós-graduação, a extensão e a pesquisa.

3.2. Objetivos do curso

O curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental terá como objetivos:

1. Formar turismólogo, habilitando-os a exercer as atribuições de planejamento, organização e execução de ações que compõem a diversidade das atividades deste segmento;
2. Possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades próprias da profissão, incentivando a pesquisa e a produção do conhecimento na área, a partir de uma formação humanista que se efetive na responsabilidade social e na atuação no cenário globalizado de forma crítica, ética e transformadora;
3. Oferecer uma formação ao mesmo generalista, tanto no sentido da aquisição de conhecimentos gerais e de áreas afins ao turismo, como de uma ampla visão de mundo e particularizada, no sentido de proporcionar o desenvolvimento da sensibilidade e do olhar atento para as questões regionais e suas particularidades;
4. Efetivar ações relativas à identificação, gerenciamento e análise nas esferas públicas e privadas;
5. Aplicar conhecimentos teóricos, técnicos e práticos na operação de negócios na área do turismo.
6. Possibilitar uma formação ecologicamente suportado e economicamente viável, simultaneamente;
7. Formar um profissional que tenha como princípio a distribuição equitativa dos benefícios;
8. Que valorize e integre os aspectos do ambiente, de modo a respeitar áreas frágeis e a capacidade de suporte das áreas visitadas;
9. Que valorize a participação de todos os atores envolvidos, pois a conservação do patrimônio sociocultural e socioambiental envolve cooperação, planejamento, inventário e manejo dos bens turísticos;

10. Que prime pela garantia da satisfação do turista e, concomitantemente, direcione o seu comportamento, no sentido da conservação do patrimônio sociocultural e socioambiental local;
11. Formar profissionais comprometidos com gestão integrada do turismo, integrando-o a economia local, comprometido com a promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras;
12. Ter a responsabilidade necessária no planejado, inventário e manejo turístico, aplicando os princípios de sustentabilidade a todos os componentes do produto turístico (desde os transportes utilizados, a harmonia das instalações construídas com o ambiente, a questão do saneamento, o uso eficiente de energia, patrimônio sociocultural e socioambiental, etc.);
13. Realizar *marketing* responsável;
14. Desenvolver pesquisas, inventário, monitoramentos e manejos de atividades turísticas de modo a garantir que o desenvolvimento dessa atividade aconteça de acordo com os princípios e critérios da sustentabilidade, de maneira que os avanços sejam mantidos e evitando retrocessos. Ser ecologicamente suportado e economicamente viável, simultaneamente, com equidade no desenvolvimento ações turísticas junto as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas valorizando o patrimônio material e imaterial;
15. Realizar uma formação sólida que integre a ensino, pesquisa e extensão.

3.3. Perfil Profissiográfico

Com formação específica, o egresso do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental estará apto a desenvolver atividades relacionadas ao setor, atuando de forma responsável, regido pelos princípios de sustentabilidade e ética. E também apto a visualizar adequadamente os cenários sociais, as turbulências políticas e econômicas, o ambiente de competição, as formas de mercado, as tendências culturais dos grupos e as transformações necessárias no setor turístico regional e nacional.

3.4. Perfil do Curso

O curso de Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental será estruturado em função das orientações e normas da Lei das Diretrizes e Base da Educação no que tange ao ensino em geral e ao ensino superior em especial, e buscará antes de tudo definir quais os conhecimentos, as competências e as habilidades que fazem parte do perfil do profissional que se

deseja formar, num conjunto de atividades e conteúdos que levem o aluno ao saber fazer (competências e habilidades) e ao saber ser (atitudes, posturas e valores).

Na área de competências específicas, o curso ora apresentado, compreende uma sólida formação técnico-científica e profissional geral que capacitará o acadêmico a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

3.5. Competências, Atitudes e Habilidades

O Graduado em Turismo Patrimonial e Socioambiental formado pela UFT, Câmpus de Arraías deverá aplicar conhecimentos teóricos e práticos para: compreender, analisar e efetivar ações relativas ao desenvolvimento sustentável regional do setor turístico; pesquisar, planejar, ordenar, inventariar, gerenciar, assessorar, manejar e prestar consultoria para efetivação do turismo sustentável; lidar com equipes multiprofissionais, estabelecendo uma comunicação oral e escrita dirigida, utilizando as ferramentas adequadas ao relacionamento com os diversos públicos; elaborar, implantar e avaliar projetos turísticos, adotando o conceito de sustentabilidade socioambiental, sociocultural, socioeconômica, sociopolítica-institucional. O egresso em Turismo da UFT deverá possibilitar a formação profissional que contemple as seguintes competências, atitudes e habilidades para:

1. Compreender, analisar e efetivar ações relativas ao desenvolvimento regional e nacional do setor turístico;
2. Utilizar de metodologias adequadas para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, em consonância com os eventos locais, regionais e nacionais;
3. Contribuir na elaboração dos planos municipais de turismo;
4. Demonstrar domínio de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas, de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas dentre outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade;
5. Utilizar recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas e dos demais segmentos populacionais;
6. Integrar equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

7. Conhecer e exercitar os princípios básicos da convivência nas relações humanas, nas relações públicas, nas articulações interpessoais, desenvolvendo posturas estratégicas para o êxito de qualquer evento turístico;

8. Elaborar, implantar e avaliar projetos turísticos, adotando o conceito de excelência na arte de receber e servir.

3.6. Campo de Atuação

O egresso do Curso de Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental, poderá atuar em órgãos, instituições, públicas, privadas, mistas, ONGs, Associações e junto a Comunidades, que necessitem de profissionais que possam planejar, inventariar, ordenar, projetar, manejar ações do turismo sustentável, com foco no turismo sociocultural, socioambiental, socioeconômica, sociopolítico-institucional. Interagindo aos diversos segmentos turísticos existentes, como por exemplo, turismo de lazer, de negócios, cultural, religioso, rural, eco turismo, da melhor idade e outros.

V. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

1. CONTEÚDOS CURRICULARES

De acordo com a Resolução CNE/CES 13/2006 que estabelece em seu Art. 5º que os conteúdos curriculares dos cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, planejamento, inventário, ordenamento, projeção, manejo turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios, visando turismo sustentável, com foco no turismo socioambiental, sociocultural, socioeconômica, sociopolítico-institucional.

O Sistema Acadêmico a ser adotado pelo Curso de Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental será o regime semestral.

O currículo do Curso de Turismo é constituído por um conjunto de atividades acadêmicas distribuídas nas seguintes categorias:

a) disciplinas obrigatórias;

b) atividades acadêmicas especiais de natureza obrigatória, correspondentes a estágio supervisionado.

c) atividades acadêmicas complementares:

- participação do estudante em monitoria acadêmica
- projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e integrados;
- programas de extensão
- programas de formação complementar no ensino de graduação
- disciplinas especiais
- cursos de extensão
- participação em eventos
- estágios voluntários

1.1 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010)

As discussões sobre as relações étnicas raciais permeiam o currículo do Curso Turismo Patrimonial e Socioambiental, desde os objetivos, entre eles destacamos o décimo sexto, que trata do desenvolvimento de pesquisa, inventário, monitoramentos e manejos de atividades turísticas de modo a garantir que o desenvolvimento dessa atividade aconteça de acordo com os princípios e critérios da sustentabilidade, de maneira que os avanços sejam mantidos e evitando retrocessos. Ser ecologicamente suportado e economicamente viável, simultaneamente, com equidade no desenvolvimento ações turísticas junto as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas valorizando o patrimônio material e imaterial.

2. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A Matriz Curricular do curso de Graduação em Turismo a ser implantada gradativamente, fica assim estabelecida:

Sendo:

CR = Créditos

TE = Carga Horária Teórica

PR = Carga Horária Prática

CHT = Carga Horária Total

PRÉ-REQ=Pré-Requisito

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQUISITO
Total de Atividades Complementares**	7	-	-	105	-

**A pontuação para as atividades complementares deve seguir a Resolução Nº 009/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão– CONSEPE.

TOTAL PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	CRÉDITOS	HORAS
Disciplinas Obrigatórias	117	1755
Disciplinas Optativas	4	60
Atividades Integrantes	6	90
Atividades Complementares	7	105
Total	134	2010

Matriz Curricular do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental

1º Semestre	Disciplinas	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQ
	1. Leitura e Produção de Textos	4	45	15	60	-
	2. Teoria Geral do Turismo I	4	60	-	60	-
	3. Psicologia Aplicada ao Turismo	4	60	-	60	-
	4. Antropologia Cultural e Turismo	4	45	15	60	-
	5. Metodologia Científica	4	45	15	60	-
	Total	20	255	45	300	-

2º Semestre	Disciplinas	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQ
	6. Patrimônio e Turismo	4	45	15	60	-
	7. Aspectos Filosóficos e Sociológicos do Turismo	4	60	-	60	-
	8. Teoria Geral do Turismo II	4	45	15	60	2. Teoria Geral do Turismo I
	9. Geografia do Turismo	4	45	15	60	-
	10. Inglês aplicado ao turismo	4	45	15	60	-
	Total	20	240	60	300	-

3º Semestre	Disciplinas	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQ
	11. Sociologia do Lazer e do Turismo	4	45	15	60	-
	12. Sistema de Comunicação e Informação em Turismo	4	45	15	60	-
	13. Empreendedorismo e Produção Cultural	4	45	15	60	-
	14. Planejamento e Organização do Turismo.	4	45	15	60	-

	15. Legislação Ambiental e Patrimonial: turismo e ética	4	45	15	60	-
	Total	20	225	75	300	-

	Disciplinas	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQ
4º Semestre	16. Planejamento de gestão dos meios de Hospedagem*	4	45	15	60	14. Planejamento e Organização do Turismo.
	17. Museu e Museologia	4	45	15	60	-
	18. Meio Ambiente e Ecoturismo	4	45	15	60	15. Legislação Ambiental e Patrimonial: turismo e ética
	19. Análise Econômica do Turismo	4	45	15	60	-
	20. Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos.	4	45	15	60	-
	Total	20	225	75	300	-

	Disciplinas	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQ
5º Semestre	21. Marketing do Turismo	4	45	15	60	-
	22. Planejamento e Organização de Eventos.	4	45	15	60	14. Planejamento e Organização do Turismo.
	23. Políticas Públicas em Turismo	4	45	15	60	-
	24. Gastronomia, gestão e cultura	4	45	15	60	-
	25. Gestão das cidades e Patrimônio	4	45	15	60	-

	Cultural					
	Total	20	225	75	300	

	Disciplinas	CR	TE	PR	CHT	PRÉ-REQ
6º Semestre	26. Estágio em Turismo	5	20	55	75	-
	27. Optativa	4	60	-	60	-
	28. Turismo de Base Comunitária	4	45	15	60	-
	29. Turismo e Desenvolvimento Sustentável	4	45	15	60	-
	30. Educação Ambiental e Patrimonial	4	45	15	60	-
	Total	21	215	100	315	-

TOTAL PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	CRÉDITOS	HORAS
Disciplinas Obrigatórias	117	1755
Disciplinas Optativas	4	60
Total	125	1815

	Disciplinas	CR	CHT
OPTATIVAS	Desenvolvimento Sustentável	4	60
	Meio Ambiente e Turismo Agroecológico	4	60
	Legislação e Política Ambiental na Amazônia Legal e no Tocantins	4	60
	Legislação Agrária e Ambiental	4	60
	Sociologia Ambiental	4	60
	Geoprocessamento aplicado ao turismo*	4	60
	Língua Brasileira de Sinais – Libras*	4	60
	Total	28	420

OBS: As solicitações de antecipação de disciplina deverão ser analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante do colegiado do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

Atividades integrantes	Disciplinas	CR	CHT
	Manejo turístico	3	45
	Elaboração de Inventário turístico	3	45
	Cultura e Arte Popular	3	45
	Patrimônio Cultural e Turismo Étnico e Religioso	3	45
	Inventariamento das Potencialidades Turísticas Regionais	3	45
	Organização e Mobilidade Social	3	45
	Produção inventário turístico	3	45
	Mapeamento turismo em comunidades tradicionais	3	45
	Produção de Roteiros turísticos	3	45
	Elaboração de plano de manejo turístico*	3	45
	Planejamento e gestão de roteiros turísticos	3	45
	Educação patrimonial e turística	3	45
	Outros definidos pelo Colegiado		
	TOTAL	36	540

* Nomenclatura dada pela Resolução Consepe n.º 07/2016.

3. EMENTAS

A seguir, apresentamos o ementário das disciplinas, obrigatória e optativas, que compõem a grade curricular do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARRAIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

**EMENTAS DAS ATIVIDADES CURRICULARES DO
CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E
SOCIOAMBIENTAL**

1º Semestre

Leitura e Produção de Textos			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
<p>EMENTA Considerações sobre a noção de texto, discurso e linguagem, tipologia textual (resumo, relatório, projeto, monografia, fichamento, artigo); interpretação e produção de sentidos no texto; leitura e produção de textos com temáticas relacionadas ao curso de bacharelado em Turismo; discurso científico oral e escrito; estrutura e produção de textos científicos; preconceitos linguísticos.</p> <p>Objetivo</p> <p>Criar condições para que o aluno: desenvolva as competências linguísticas na interpretação e produção de textos; conscientize-se dos diferentes usos, funções e inserções culturais da língua; aperfeiçoe a prática da língua em diferentes modalidades discursivas; familiarize-se com a terminologia ligada à área de Turismo</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BAGNO, M. Preconceito Linguístico : o que é, como se faz. 47 ed. São Paulo: Loyola, 2006.			
KLEIMAN, A. Texto e Leitor : aspectos cognitivos da leitura. 11 ed. Campinas: Pontes, 2008.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
COSTA VAL, MARIA DA GRAÇA. Redação e textualidade . 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.			
SAVIOLI, Francisco Platão & FIORIN, José Luiz. <i>Lições de texto</i> ; leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.			
YAGUELLO, M. Alice no País da Linguagem : Para compreender a linguística. Lisboa: Estampa, 1990			
GUIMARÃES, Elisa. A articulação do texto . 9. ed. 3. imp. São Paulo: Ática, 2006.			
PÉCORA, A. Problemas de redação . São Paulo: Martins Fontes, 1982.			

Teoria Geral do Turismo 1			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	0
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	60	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
<p>EMENTA</p> <p>Fundamentos teóricos e elementos históricos do turismo, enquanto fenômeno social, cultural, econômico e político; Caracterização, fatores intervenientes, classificação, tipologia e tendências do turismo; Configuração do mercado turístico – oferta, demanda, infra-estrutura e super-estrutura. A multi e interdisciplinaridade do ensino superior e da pesquisa na área. O perfil profissional do turismo. Os campos de atuação do profissional em turismo. As organizações públicas e privadas do turismo e as fontes oficiais da área.</p>			

Objetivo

Discriminar o turismo como área de conhecimento e profissão. Caracterizar o turismo como área do conhecimento inter/multidisciplinar. Reconhecer o papel do turismo como fator econômico, social e cultural. Distinguir os fatores intervenientes no turismo, bem como os principais determinantes de sua evolução. Interpretar a evolução e a complexidade do fenômeno turístico na sociedade pós-industrial. Enunciar os principais conceitos relativos ao estudo do fenômeno turístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e prática**. [Tourism: principles and practice]. Sandra Ferrapontoff Lemos (Sup.). Roberto Cataldo Costa (Trad.). 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 559 p.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. São Paulo: Thomson, c2003. xi, 205 p.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W.. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. [Tourism: principles, practices, philosophies]. Roberto Cataldo Costa (Trad.). 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAGE, Beatriz; MILLONE, Cesar. (orgs) **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 376 p.

LICKORISH, Leonard John; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. [s.p.].

BARRETO, Margarita _____. *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas: Ed. Papirus, 2004.

MONTANER MONTEJANO, Jordi. *Estrutura do mercado turístico*. São Paulo: Ed. Roca, 2001.

VELOSO, Marcelo Parreira. *Turismo Simples e Eficiente*. São Paulo: Ed. Roca, 2003.

PSICOLOGIA APLICADA AO TURISMO			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	0
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	60	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
A relação Psicologia e Turismo; Teoria do Desenvolvimento Humano; Processos grupais; Processos de liderança, tensão e conflito; Percepção, emoção e motivação; Teoria das Relações Interpessoais: grupos, liderança, processos de comunicação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOCK Ana M. B.; FURTADO, Odair & TEIXEIRA, Maria L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 13ª edreform. Ampl.; 5ª reimp. São Paulo: Saraiva, 2002.			
MINICCUCI, Agostinho. Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais . São Paulo: Atlas, 2001.			
SILVA, F.B. A. Psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria . Cenaun, 2001			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. (orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação**. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

WOOLFOLK, Anita E. **Psicologia da Educação**. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANCHO, Amparo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Ed. Roca, 2001.

DAVIDOFF, L. I. *Introdução à psicologia*. Rio de Janeiro: Makron Books, 2006.

PENNA, A. G. *Introdução à psicologia do século XX*. São Paulo: Imago, 2004.

Antropologia Cultural e Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Antropologia cultural e seu objeto de estudo. A pesquisa em antropologia: métodos e técnicas da pesquisa antropológica; O Turismo como fenômeno cultural caracterizado, fundamentalmente, pelo encontro entre diferentes e seus desdobramentos. Conceituação de Cultura e seus processos (difusão, aculturação, assimilação, transculturação, endoculturação).			
Objetivos			
Conhecer a antropologia, antropologia cultural, seus objetos, temas e métodos principais; Compreender a relevância da antropologia para o estudo do turismo e do lazer; Compreender significados dos conceitos de cultura e as variedades de suas formas de manifestações humanas; Discutir as possibilidades de se pensar e planejar o turismo como uma atividade “sustentável culturalmente”; Compreender as relações entre o Turismo e as transformações culturais de uma sociedade; Conhecer e compreender os conflitos sociais inerentes às atividades de conservação, turismo e lazer; Compreender de maneira crítica os impactos culturais promovidos pelas atividades turísticas e de lazer; Analisar a importância do patrimônio cultural para a sociedade contemporânea e sua relação com o turismo e lazer em seu papel educacional e desenvolvimentista; Relacionar a sustentabilidade cultural e ambiental com o lazer e o turismo			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BANDUCCI JR, Á.; BARRETO, M (Orgs.) (2001) Turismo e identidade local: uma visão antropológica . Campinas, SP: Papirus.			
CARDOSO, R. (Org.) A aventura antropológica . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.			
GABRUN, N. et al.. Turismo e antropologia: novas abordagens . Campinas, SP: Papirus, 2009. - (Coleção Turismo).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LARAIA, R. de B.. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.			
SERRANO, C.; BHRUNS, H.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). Olhares contemporâneos sobre o turismo . Campinas: Papirus (206p.), 2000.			
GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa . Petrópolis: Vozes, 2001.			
BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento			

e a compreensão do turismo. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

Metodologia da pesquisa científica			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
O papel da ciência. Tipos e processos de pesquisa quali e quantitativa. Etapas da pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. Tipos de conhecimento. Normas da ABNT.			
Objetivos			
Discutir os métodos e técnicas de pesquisa e sua aplicação na construção de trabalhos acadêmicos em turismo; Estruturar projetos e trabalhos acadêmicos de acordo com normas da ABNT; Desenvolver a consciência sobre as possibilidades e limites do método científico; Promover atitude crítica face à importância do conhecimento científico para a sociedade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
VEAL, A. J. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo . Tradução Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.			
MOESCH, M. A produção do saber turístico . 2002.			
SCHLÜTER, R. Investigación en turismo e hotelería . Buenos Aires: CIET, 2000.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1991.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1999.			
DENCKER, A.F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo . 5. ed. Rio de Janeiro: Futura, 1998.			
BAGNO, M. Preconceito Linguístico : o que é, como se faz. 47. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.			
KLEIMAN, A. Texto e Leitor : aspectos cognitivos da leitura. 11. Ed. Campinas: Pontes, 2008.			

2º Semestre

Patrimônio e turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Discute questões pertinentes ao campo de estudo do patrimônio enfatizando o patrimônio no Brasil, o processo de criação e consolidação dos organismos de proteção ao patrimônio, os debates inerentes à preservação, proteção, conservação e gestão de bens			

culturais e as interfaces entre patrimônio, memória, cultura, identidade e turismo. O patrimônio cultural como atrativo turístico. Focando a importância da história e da cultura afro-brasileira e indígena enquanto patrimônio material e imaterial da sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FUNARI, P; PELEGRINI, S. **Patrimônio histórico e cultural**. RJ: Zahar, 2006.

FUNARI, P; PINSKI, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Regina. **Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiências francesa de destinação do Mestres da Arte**. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MENESES, JOSÉ NEWTON COELHO; **História e Turismo Cultural**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. v. 1. 127 p.

PORTUGUEZ, Anderson (Org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. 1. Ed. São Paulo: Roca, 2004

FUNARI, P. P. e PINSKY, J. (Orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FERNANDO, F da Silva. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

ASPECTOS FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS DO TURISMO

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	0
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	60	CRÉDITOS	4

PRÉ-REQUISITO

Não Tem

EMENTA

Origem e gênese da filosofia. Origem histórica das ciências, da antropologia e da sociologia. Antropologia filosófica e cultural. Principais vertentes da sociologia. A sociedade pós industrial e o turismo. Turismo e humanização. Turismo e responsabilidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. & LIMA, Luiz Cruz. *Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável*. Fortaleza: Eduece, 2003.

_____. *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*. São Paulo: Anna Blume, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CROPPO, Luís Antônio & CANDIOTO, Marcela Ferraz (orgs.) *Turismo Viajar, Incluir, Humanizar: Pesquisas e Reflexões*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

FEITOSA, Charles. *Explicando a Filosofia com Arte*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

LAPALANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *A Sociedade Pós-industrial e o Profissional em Turismo*. Campinas: Papius, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. & LIMA, Luiz Cruz. (org.) *Turismo com Ética*. Fortaleza: Uece, 1998.

Teoria Geral do Turismo 2			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Teoria Geral do Turismo 1			
EMENTA			
Conceito de oferta turística; Planejamento Turístico; Inventário da Oferta Turística; Conceito de demanda turística; Tipos de Demanda; Pesquisa da demanda turística.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANDRADE, José Vicente de. <i>Turismo: Fundamentos e dimensões</i> . São Paulo: Ed. Ática, 2000.			
OLIVEIRA, Antônio Pereira. <i>Turismo e Desenvolvimento</i> . São Paulo: Ed. Atlas, 2001.			
TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. <i>Turismo Básico</i> . São Paulo: Ed. Senac, 2000.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto. <i>Introdução a Turismo e Hotelaria</i> . Rio de Janeiro: Ed. Senac, 1998.			
BARRETO, Margarita. <i>Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo</i> . Campinas: Ed. Papirus, 1995.			
_____. <i>Discutindo o ensino universitário de turismo</i> . Campinas: Ed. Papirus, 2004.			
SANCHO, Amparo. <i>Introdução ao Turismo</i> . São Paulo: Ed. Roca, 2001.			
VELOSO, Marcelo Parreira. <i>Turismo Simples e Eficiente</i> . São Paulo: Ed. Roca, 2003.			

Geografia do Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
O lugar do Brasil em tempos de globalização. Políticas de turismo e o planejamento territorial. Urbanização turística no Brasil: Produção e consumo do espaço. Cidade Mundial. Lugares, não-lugares e pseudo-lugares. As redes e o território.			
Objetivos			
Apresentar a importância geográfica do Brasil no contexto mundial. Entender a dinâmica da formação territorial do Brasil. Analisar o lugar do turismo na construção do território brasileiro. Compreender o papel do turismo no processo de urbanização. Analisar as implicações dos empreendimentos turísticos na produção e no consumo do espaço geográfico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CRUZ, R, C. Política de Turismo e Território . 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.			
CRUZ, R.C.A. Geografias do Turismo : de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Rocca, 2007.			

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SERRANO, C., BRUNHS, H.T., LUCHIARI, M.T.D.P. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

CRUZ, RITA DE CASSIA; **INTRODUÇÃO A GEOGRAFIA DO TURISMO**. Editora: ROCA, 2ª Edição - 2003 - 125 pág 36

OLIVEIRA, FERNANDO VICENTE DE; **CAPACIDADE DE CARGA NAS CIDADES HISTÓRICAS**. Editora: PAPIRUS, 1ª Edição - 2003 - 176 pág.

PEARCE, DOUGLAS G.; **GEOGRAFIA DO TURISMO FLUXOS E REGIÕES NO MERCADO DE VIAGENS**. Editora: ALEPH 1ª Edição - 2003 - 392 pág.

ROSS, JURANDYR L. SANCHES; **GEOGRAFIA DO BRASIL**. Coleção: DIDÁTICA, Editora: EDUSP 5ª Edição - 2005 - 552 pág.

Inglês Aplicado ao Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Estudo das funções e estruturas básicas da língua inglesa através de atividades que possibilitem o desenvolvimento das quatro habilidades da língua (ler, falar, ouvir e escrever), visando à comunicação em situações específicas da área do turismo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
STOTT, Trish ; BUCKINGHAM, Angela. At your service – English for the travel and tourist industry. New York: Oxford University Press, 2003.			
HARDING, Keith. Going international – English for tourism. New York: Oxford University Press, 2002.			
MARQUES, Amadeu. Dicionário de Inglês/Português Português/Inglês. São Paulo: Editora Àtica, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
.O'HARA, Francis. Be my Guest: English for the Hotel Industry. Cambridge: CUP, 2002.			
OLIVEIRA, Luciano Amaral. English for tourism students. São Paulo: Roca, 2001			
MURPHY, R. Essential Grammar in Use. New York: Cambridge University Press, 1998.			
KERNERMAN, L. Password – English Dictionary for Speakers of Portuguese . São Paulo: Martins Fontes, 1999			
PORTUGUEZ, ANDERSON PEREIRA; TURISMO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL . Editora: ROCA 1ª Edição - 2004 - 216 pág.			

3º SEMESTRE

Sociologia do Lazer e do Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			

EMENTA

Os diferentes conceitos e principais escolas sociológicas. A abordagem sociológica do entendimento do lazer e do turismo. O lazer enquanto fenômeno social contemporâneo. Concepção humana do tempo e a visão diacrônica do lazer. Características e funções do lazer. Fatores preponderantes da problemática do lazer: urbanização, industrialização e meios de comunicação. Política de desenvolvimento das formas de lazer urbano. Lazer como medida de qualidade de vida: realidade e uso do tempo livre.

Objetivos

Conceituação do Tempo livre, ócio e lazer. A abordagem sociológica do lazer e do turismo. O lazer enquanto fenômeno social contemporâneo. Lazer e qualidade de vida. Recreação. Classificações das atividades de lazer, recreação. Tendências do lazer nas sociedades contemporâneas. Atividades práticas de recreação e animação turística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUHNS, H. T. (org.). **Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**, São Paulo: Atlas, 2003

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e Prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. Para uma nova compreensão das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.

WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: ED. UFMG; CELAR – DEF/UFMG, 2000.

WERNECK, Christianne Luce Gomes, STOPPA, Edmur Antonio & ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer e Mercado*. Campinas: Papirus, 2001

SILVA, MÁRIA DA GLÓRIA LANCI DA SILVA; **CIDADES TURÍSTICAS, IDENTIDADES E CENÁRIOS**. Editora: Aleph – 2004 -192pág.

Sistema de Comunicação e Informação em Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Aspectos teóricos da comunicação e informação. Veiculação da informação turística em diferentes mídias. Tipologia de dados em turismo. Confecção de bancos de dados turísticos. Sistemas de comunicação voltados ao planejamento e a gestão do turismo: centrais de informação turística, programas de sinalização turística, sites oficiais de destinações e de empresas da área, entre outros.			
Objetivo Geral: Apresentar e discutir os aspectos teóricos da comunicação e da informação; reconhecer a importância da veiculação da informação turística em diferentes mídias; Apresentar e analisar a tipologia de dados em turismo; Confecção de bancos de dados turísticos; Apresentar e analisar sistemas de comunicação voltados ao planejamento e à gestão			

do turismo; Refletir sobre a importância e responsabilidade das centrais de informação turística e seu papel na condução de uma prática turística ética, responsável e que busque a sustentabilidade; Analisar e propor programas de sinalização turística no Brasil e em outros países selecionados; Apresentar, discutir e refletir sobre sites oficiais de destinos e de empresa da área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação aplicada a sistemas de Informação Empresariais**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAURINDO, Fernando José Barbin. **Tecnologia da Informação – Planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIN, Aitor. **Tecnologia da Informação nas Agências de Viagem: Em busca da produtividade e do valor agregado**. São Paulo: Aleph, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEI Comunicação. **Tecnologia da Informação para Todos**. São Paulo: BEI, 2002.

OCDE. **Perspectivas da Tecnologia da Informação**. São Paulo: SENAC, 2005.

SAUVE, Jacques Philippe. **Avaliação do Impacto de Tecnologias da Informação Emergentes nas Empresas**. São Paulo: Qualitymark, 2003.

O'COONOR, Peter. **Distribuição da informação eletrônica em turismo e hotelaria**. São Paulo: Bookman, 2001.

NIELSEN, C. **Turismo e mídia: papel da comunicação na atividade turística**. São Paulo: Contexto, 2002.

Empreendedorismo e Produção Cultural			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA:			
Empreendedorismo. O perfil e papel social do empreendedor e do empreendimento. Análises de oportunidades e desafios. Gerenciamento do ciclo de vida do empreendimento e de seus produtos. Natureza do empreendimento. Elaboração de um plano de negócio; Viabilização e organização social.			
Objetivos			
Desenvolver uma visão geral sobre a ação empreendedora nas diversas organizações, que permita: Identificar as questões mais relevantes relacionadas ao tema do empreendedorismo, focalizando não somente os debates que privilegiam os traços psicológicos e comportamentais – considerados, por alguns estudiosos, fundamentais ao aprimoramento do espírito empreendedor das pessoas, dos grupos e das organizações -, mas atentem também para as características sociais, culturais, históricas, políticas etc, dos contextos, as quais podem contribuir para estimular ou inibir comportamentos empreendedores e inovadores. Cultivar as atitudes, capacidades e competências que possibilitam o desenvolvimento do espírito empreendedor das pessoas, dos grupos e das organizações, visando, em última instância, à prosperidade socioeconômica das localidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios . 3.			

ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

ANGELO, Eduardo Bom. **A arte de empreender**: o respeito aos limites do ser humano. São Paulo: CIEE, 2007.

ROCHA, M.T.; DORRESTIJN, H., GONTIJO, M. J. **Empreendedorismo em negócios sustentáveis**: plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento. São Paulo: Peirópolis, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOLABELA, F. **O plano de negócios e seus componentes**. In: DOLABELA, F. e FILION, L. J.(org) et al. **Boa idéia! E agora?** S.P.:Cultura, 2000.

MORENO, Alexandre Borges; HOLLER, Sabine; ARTIGIANI FILHO, Vitor Hugo. **Mapeando horizontes**: as trilhas do empreendedorismo. São Paulo: DVS, 2006.

WAINBERG, A. Jacques. **Turismo e comunicação**: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto, 2003.

TRIGO, LUIZ GONZAGA; **ANALISES REGIONAIS E GLOBAIS DO TURISMO BRASILEIRO**. Editora: *ROCA*, 1ª Edição - 2005 - 966 pág.

MARTINS, CLERTON; **TURISMO, CULTURA E IDENTIDADE**. Editora: *ROCA* 1ª Edição - 2003 - 158 pág.

Planejamento e Organização do Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Fundamentos do planejamento e da organização do turismo. Controle e avaliação dos impactos causados pela atividade turística. Produto turístico: os equipamentos, serviços e parcerias necessárias à organização do turismo. Fatores que influenciam o planejamento: política interna e externa, marketing, mercado mundial. Diagnóstico e análise da concorrência e definição de objetivos. Planejamento tático.			
Objetivos			
Conhecer técnicas que, aliadas a processos de inteligência de mercado, permitam ampliar as possibilidades de oferta em um processo de organização e planejamento. Entender o planejamento e organização da atividade para melhor expandir o turismo como atividade empresarial e ampliar a competitividade e a sustentabilidade dos destinos turísticos. Compreender e desenvolver planejamento estratégico de turismo. Desenvolver a capacidade para a realização de diagnóstico e análise de mercado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo : política e desenvolvimento do turismo no Brasil. Porto Alegre, Atlas, 2003.			
PETROCCHI, Mário. Turismo, planejamento e gestão . São Carlos: Ed. Futura, 2003.			
RUSCHMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável . Campinas: Papirus, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BEZERRA, Deise Maria. Planejamento e gestão em turismo . São Paulo: Roca, 2003.			
DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Planejamento e Gestão de Turismo e Hospitalidade . São Paulo: Thompson Pioneira, 2004			

BENI, M. C. **Política de planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

Legislação ambiental e patrimonial: turismo e ética			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Elaboração de plano de gestão ambiental. Normas ambientais. Sistema Nacional de Meio Ambiente SISNAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA. Legislação Patrimonial vigente nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Recomendações e convenções internacionais. Noções preliminares de Ética e Moral. Temas contemporâneos sobre conduta e ética. Os efeitos do turismo sobre o meio ambiente, bem como os impactos sociais, culturais e econômicos. Participação e conscientização da sociedade organizada para o desenvolvimento local. Turismo e ética profissional.			
Objetivos			
Conhecer os princípios básicos do Direito e da Legislação Ambiental e Patrimonial. possibilitar reflexões sobre o campo da ética e sua aplicabilidade no convívio profissional e social. Identificar os elos básicos entre Turismo e Ética.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
Araújo, Cintia Moller. Ética e qualidade no turismo do Brasil . São Paulo: Atlas, 2013.			
LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL . 2. ed. 349 p. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.			
GRANZIERA, M. L. M. Direito Ambiental . São Paulo: Atlas, 2009.			
MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro . São Paulo: Ed. Malheiros, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LEITE, J. R. M. Dano ambiental: do individual ao coletivo extra patrimonial . São Paulo: RT, 2003.			
REGULES, M. P. P. Ética, meio ambiente e cidadania para o turismo . ed. Rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007.			
VARANDAS, M. J. O valor do mundo natural: perspectivas para uma ética ambiental . São Paulo: Ed. Vozes, 2003.			
SCHÄRER, R. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de prainha do Canto Verde no litoral do Ceará . In: CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo e o desenvolvimento local. (org.). Fortaleza: FUNECE, 2003.			
PESSÔA, Eduardo. Introdução ao Direito para área do turismo . Rio de Janeiro: Gazeta Juris, 2006.			

4º Semestre

Planejamento de gestão dos meios de hospedagem			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15

CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Planejamento e Organização do Turismo			
EMENTA			
Proporcionar aos alunos conhecimento sobre o planejamento e gestão dos meios de hospedagem no setor de lazer e turismo. Discutir as noções do entendimento da indústria hoteleira no mundo e no Brasil, com destaque para sua tipologia, seu público diferenciado, suas áreas operacionais e sua atuação específica em diversas localidades, seu planejamento e viabilidade, destacando assim as especificidades nas ligadas ao turismo patrimonial e socioambiental em comunidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. Estudo Econômico e Financeiro dos Meios de Hospedagem e Parques Temáticos no Brasil . Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, 2000, 180p.			
LAGE, Beatriz Helena Geles (org.) Turismo, Hotelaria & Lazer . V. 1, 2, 3. Núcleo de Turismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora Atlas, 2004.			
GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginários . São Paulo: Aleph, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas . São Paulo: Perspectiva, 2003.			
CALDAS, Waldenyr. Cultura . São Paulo: Global Editora, 2008.			
ALMEIDA, JOAQUIM ANECIO; SOUZA, MARCELINO DE; TURISMO RURAL PATRIMONIO, CULTURA E LEGISLAÇÃO . Editora: <i>FACOS</i> , 1ª Edição – 2006.			
MARQUES, J Albano. Introdução à Hotelaria . São Paulo: Atlas, 2004.			

Museu e Museologia			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Ementa: Abordagem do Museu como fenômeno e da Museologia como campo disciplinar, em suas relações com os diferentes campos do saber. Discussão conceitual do espaço museu. Formação de um acervo e sua conservação e restauração. A visitação – o público e o museu. Museus: memória-política-turismo. O museu como lugar de memória e como lugar de práticas turísticas. O museu como local de pesquisa e produtor de conhecimento. O que guardar? Como guardar? – Curadoria. Museus: outras apropriações. Patrimônio Material e Imaterial dentro do Museu.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOURDIEU, Pierre. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003, 240p.			
CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Memórias clandestinas e sua museificação – Rio de Janeiro: Revan, 2007, 212p.			
CURY, Marília Xavier. Exposição, comunicação museológica e pesquisa: um desafio para			

todos. Museologia Hoje. Nº 2, 2º / 2008. Disponível em <http://www.museologiahoje.com.br/>. Acesso em: 29 maio 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museologia e Identidade. Cadernos Museológicos, n.1&2, 1990

LOPES, Margaret Maria. A favor da desescolarização dos museus. Revista Educação Sociedade. Campinas, v.3, n. 40, dezembro, 1991.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Museus Históricos: da celebração à consciência Histórica. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.

SUANO, Marlene. O que é museu. São Paulo: Brasiliense, 1986, 101p.

CHAGAS, Mario. Museu: coisa velha, coisa antiga. Rio de Janeiro, UNIRIO, 1987, 20p.

MEIO AMBIENTE E ECOTURISMO

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4

PRÉ-REQUISITO

15. Legislação Ambiental e Patrimonial: Turismo e Ética

EMENTA

Principais aspectos do meio ambiente e suas transformações causadas pelas atividades turísticas; administração do turismo sob o enfoque da preservação do meio ambiente; políticas ambientais e o fenômeno turístico; classificação, características e dimensionamentos do patrimônio natural; o meio ambiente como atrativo turístico; legislação permanente, compatibilidade e sustentabilidade da oferta; limites e crescimento da atividade; conscientização da comunidade sobre a preservação ambiental; o ecoturismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRUN, MAURO *Ética e educação ambiental: a conexão necessária* - Campinas : Papirus, 1996.

FERREIRA, Adriana Angélica. *Limites e possibilidades da educação ambiental no conhecimento sobre a metropolização: um estudo a partir do Projeto Manuelzão*. 2002.145p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MACHADO, Alvaro. **Ecoturismo**: um produto viável. São Paulo: SENAC, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, M. A. *Ecologizar: pensando o ambiente humano*. Belo Horizonte: Rona, 2000.

SEABRA, Odette Carvalho Lima. *Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo*. Geografares. Vitória, v.1, n.1, p. 73-79, jun. 2000.

MARIANI, M. A P. *Turismo e meio ambiente no paraíso das águas*. MS: UCDB, 2003.

NEIMAN, Zysman. **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Editora Manole, 2002.

MACHADO, Alvaro. **Ecoturismo**: um produto viável. São Paulo: SENAC, 2005.

ANÁLISE ECONÔMICA DO TURISMO

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4

PRÉ-REQUISITO

Não Tem

EMENTA

Economia: conceitos básicos. Caracterização do problema econômico. Linhas de formação da economia capitalista. Noções sobre economia brasileira Determinantes da oferta agregada. Relações com a psicologia, sociologia e demais ciências humanas para a compreensão dos fenômenos ligados aos serviços turísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, C. R. V. História do Pensamento Econômico - uma abordagem introdutória. São Paulo. Atlas, 1988.
BASTOS, V. L. Para entender a economia capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 1991.
PASSOS, Carlos Roberto Martins. **Princípios de Economia**. Pioneira. 3. ed., 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.
OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. In: Estudos CEBRAP, 1972.
GUIMARÃES, S. Economia & Mercados - Introdução à Economia e ao Marketing. São Paulo. Ática, 1988.
CASTRO, A e LESSA, C. **Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista**. Ed. Forense Universitária, 2004,
SOIFER, Jack. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FORMATÇÃO DE PRODUTOS E ROTEIROS TURÍSTICOS

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4

PRÉ-REQUISITO

Não Tem

EMENTA

Desenvolvimento sustentável. Turismo e sustentabilidade. O turismo e o município: oferta e demanda. Organização do turismo no âmbito municipal. Imagem e Cenário turístico de uma cidade. Conceito de produtos e roteiros turísticos. Características do produto turístico. O município como produto turístico. Planejamento na criação de um produto turístico. Conceito e evolução histórica do mercado turístico. Competitividade de um destino/produto. Processos de segmentação de mercado: internacional e nacional. Relação entre oferta e demanda do produto turístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTEJANO, Jordi Montaner. *Estrutura do Mercado Turístico*. São Paulo: Ed. Roca, 2001.
SWARBROOKE, John. *O comportamento do consumidor no Turismo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.
BARBOSA, Y.M. O despertar do turismo: uma visão crítica dos não lugares. ALEPH, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAHL, Miguel (org.). Perspectivas do turismo na sociedade pos-industrial. São Paulo: Roca, 2003. 241 p
BAHL, Miguel (org.). Mercado turístico: áreas de atuação. São Paulo: Roca, 2003. 220 p.
LOPES, João do Carmo. Turismo brasileiro: análise da permanência dos turistas brasileiros

no exterior. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. 135 p.
 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Introducción al Turismo.; SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.
 OLIVEIRA, Antonio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2005. 293 p.

5º Semestre

Marketing do Turismo			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Introdução. Conceitos. Marketing Mix. Marketing de serviços turísticos. Sistemas de negócios. Comportamento do consumidor. Segmentação de mercado. Posicionamento. Canais de distribuição. Características do Produto Turístico. Ciclo de vida do produto. Sistema de inteligência de marketing (SIM). Planejamento estratégico. A comunicação como base do Composto Promocional. Decisões estratégicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ACERENZA, M. A. Promoción turística. Un enfoque metodológico. México. Ed. Trillas.			
BARROS, Claudius. Excelência em Serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.			
CARLZON, Jan. A Hora da Verdade. Rio de Janeiro: COP, 1994.			
COBRA, Marcos. Marketing básico, uma perspectiva brasileira. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 1988.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CASTELLI, Geraldo.. Marketing Hoteleiro. Caxias do Sul: EDUCS, 1994			
MUYLAERT, Roberto. Marketing Cultural & Comunicação Dirigida. São Paulo. Ed. Globo, 1993.			
TOVAR, J Ramon Iglesias. Comercialización de Productos y servicios Turismo. Madrid, Síntesis, 1995. . Trillas,			
RUSCHMANN, Doris. Marketing turístico: um enfoque promocional. Campinas. Papirus, 1991.			
WEARNE, Neil. Hospitality marketing. Oxford. Butterworth Heinemann, 1996.			

Planejamento e Organização de Eventos			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
14. Planejamento e Organização do Turismo			
EMENTA			
Técnicas de Organização em eventos. Qualificação, caracterização e operacionalização dos diversos tipos de eventos. Protocolo, Cerimonial e etiqueta. Planejamento de eventos.			
Objetivo Geral: Conhecer e aplicar as técnicas e as estratégias de organização de eventos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
LUZ, Olenka Ramalho. Cerimonial, protocolo e etiqueta . São Paulo: Saraiva, 2005.			
WATT, David C. Gestão de eventos em lazer e turismo . Porto Alegre: Bookman, 2004.			

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de Eventos: Teoria e Prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GOMES, Sara. **Guia do cerimonial: do trivial ao formal**. 4a Ed. Brasília: LGE, 2003.

SENAC. **Eventos: Oportunidades de novos negócios**. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHWARTZ, G. **Decifre a economia**. São Paulo: Saraiva, 1991.

POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4

PRÉ-REQUISITO

Não Tem

EMENTA

Elementos para o estudo das transformações do capitalismo mundial no século XX, para a compreensão da experiência nacional-desenvolvimentista e dos impasses estratégicos presentes na sociedade brasileira e latino-americana. Análise das políticas públicas implementadas, com destaque especial para a experiência brasileira e o planejamento turístico (PRODETUR, PNMT etc.). Aspectos dicotômicos da verticalização versus horizontalização da Política Nacional de Turismo.

Objetivos

Compreender o contexto histórico de transformações do capitalismo mundial no século XX e seus reflexos na organização social, político-administrativa e econômica nacional e latino-americana; Reconhecer as Políticas Públicas de Turismo implementadas no Brasil nesse contexto de transformações mundiais ocorridas no século XX; Discutir as contribuições e prejuízos das Políticas Públicas de Turismo ao desenvolvimento da atividade turística; Analisar a articulação das Políticas Públicas de Turismo nas diferentes instâncias de governo, no Brasil; Refletir sobre os processos de implementação das Políticas Públicas de Turismo em vigor, no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, K.D.; HORA, A. S. S. da. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**. São Paulo, v. 13, n.2, p54-73.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**. Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HELLER, A. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro - A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

BENEVIDES, I.P. **Turismo e Prodetur**. Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: BN/UFC, 1998

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. São Paulo: Aleph, 2002. 144 p

Gastronomia, Gestão e Cultura			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
<p>História da alimentação no Brasil e no mundo; Fornecer aos alunos uma ampla compreensão sobre o que se entende por gastronomia e de como está intrinsecamente relacionada com a hospitalidade oferecida pela indústria de lazer, entretenimento e turismo. Associar gastronomia e atrativo turístico, discutindo sobre a possibilidade da articulação de roteiros gastronômicos. Com base prática, importa que sejam identificadas formas diferenciadas de equipamentos de restauração e oferta de alimentos e bebidas para distintos segmentos de públicos, nas mais variadas regiões da cultura brasileira e mundial. Desenvolver aspectos qualitativos dos serviços de hospitalidade incluindo o gerenciamento de alimentos e bebidas, recursos humanos, vendas, administração e comercialização como áreas de interesse. Discutir sobre a importância da gastronomia da indústria prestadora de serviços de lazer, alojamento e hospitalidade global, associando-a ao turismo e ao bacharel em turismo; Discutir sobre questões relativas a boas práticas nos equipamentos de restauração, assim como instalações básicas necessárias para que ocorra o serviço de qualidade.</p>			
Objetivos			
<p>Analisar a evolução histórica e a composição temporal da gastronomia, através do estudo das bases culturais e suas influências, no mundo e no Brasil; Compreender a relação entre a gastronomia e o turismo, com base nas formas diferenciadas de hospitalidade e oferta de alimentos e bebidas para distintos segmentos de públicos, em regiões brasileiras e do mundo; Desenvolver pensamento crítico sobre a utilização da gastronomia como atrativo em roteiros turísticos, através da discussão de estudos de casos brasileiros e internacionais; Discutir sobre tendências, curiosidades, criatividades envolvendo a gastronomia, roteiros e casos de sucesso ou fracasso no Brasil e no mundo; Entender o gerenciamento de equipamentos, recursos humanos, vendas, administração e comercialização como áreas de interesse; Discutir sobre instalações básicas necessárias a um atendimento de qualidade em equipamentos de restauração; Verificar aspectos de gestão pertinentes aos equipamentos de restauração; Identificar boas práticas de higiene no armazenamento, manipulação, processamento e conservação de alimentos, através da realização de vista técnica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. 7a ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. DAVIES, Christine e DER, Lynn Van. Supervisão e liderança em turismo e hotelaria. São Paulo: Editora Contexto, 2001. MARQUES, J. A. Manual do restaurante e bar. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>TORRE, F. Administração hoteleira. São Paulo: Roca, 2001. POWER, Tom, BARROWS, Clayton W. Introduction to Management in the Hospitality Industry. 7. ed. Estados Unidos: New York: John Wiley & Sons, 2002, 631 p. RAMÍREZ CAVASSA, César. Hotéis: gerenciamento, segurança e manutenção. São Paulo: Roca, 2001, 283 p. TORRE, Francisco de la. Administración Hotelera. México: Editorial Trilhas, 2000. ZANELA, L.C.; CANDIDO, I. Restaurante: técnicas e processos de administração e operação. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.</p>			

Gestão das cidades e Patrimônio Cultural			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
A noção de patrimônio cultural material e imaterial: conceitos, usos e sentidos. Patrimônio cultural e identidade nacional. A institucionalização do patrimônio como campo de estudos e ação política no Brasil. Instrumentos e políticas públicas para o patrimônio cultural: os efeitos e desafios das políticas de patrimônio a partir de seus instrumentos de ação. Órgãos de cultura e Legislação vigente nos planos federal, estadual e municipal. Recomendações e convenções internacionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANDRADE, A.L.D.. O Iphan e o sofá de Mário de Andrade. In: MORI, V. (org.) <i>Patrimônio: atualizando o debate</i> . São Paulo: 9a. SR/IPHAN, 2006 (pág.20-23).			
BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - <i>Estatuto das Cidades</i> .			
CAMPELLO, Glaucio. <i>Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio</i> . In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CHOAY, Françoise. <i>A alegoria do patrimônio</i> . Tradução de Luciano Viera Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.			
GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. <i>A Retórica da Perda</i> . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996			
LONDRES, C. Para além da pedra e cal": por uma concepção ampla de patrimônio. <i>Revista Tempo Brasileiro</i> , Rio de Janeiro, 147, 2001			
AZEVEDO, Roberto Marinho. <i>Será o novo Pelourinho um engano?</i> In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 23, Brasília: 1994, p. 131-137.			
CASCO, Ana Carmen Amorin Jara. <i>Reinventando a cidade: um diálogo entre Marco Pólo e o Imperador</i> . In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 29, 2001.			

6º Período

Estágio Supervisionado			
CARGA HORÁRIA TOTAL	75	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	55
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	20	CRÉDITOS	5
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Planejamento e atuação em organizações públicas, privadas, comunitárias ou não governamentais que possibilitem a aplicação e reelaboração dos conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas que compõem o currículo do curso de Turismo: planejar, ordenar, inventariar, gerenciar, assessorar, manejar e prestar consultoria, sob coordenação do professor orientador. Elaboração do relatório técnico científico para conclusão da disciplina estágio supervisionado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BENI, M. C. Análise estrutural do turismo . 3 ed. São Paulo: Senac, 2000.			
BIANCHI, A . C. de M. Orientação para estágio em turismo . São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.			
BISSOLI, M. A . M. A . Estágio supervisionado em turismo e hotelaria . São			

Paulo: Alpeh, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Julia. Turismo Cultural: Traços Distintivos e Contribuições para o Desenvolvimento Endógeno. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. Turismo: O Desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

AZEVEDO, Julia. Turismo: Políticas Públicas, Recursos Humanos e Educação Ambiental. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. Turismo: o Desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. Campinas: Ed. Papirus, 1990.

PORTUGUEZ, Anderson P. Consumo e Espaço: Turismo, Lazer e Outros Temas. São Paulo: Roca, 2001.

RIBEIRO, Marlene; FERRARO, Alceu & VERONEZ, Luiz Fernando. Trabalho, Educação e Lazer: Horizontes de Cidadania Possíveis. In: Trabalho, Educação, Lazer. Pelotas, educat, 2001.

Turismo de Base Comunitária			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
Territórios de identidades tocantinense. Estudos históricos e conceituais do turismo comunitário e os impactos sociais, culturais, ambientais. Os benefícios econômicos da área e as perspectivas de geração de renda para as comunidades locais. A integração política e as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. A ação do terceiro setor na área do turismo comunitário.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.			
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008			
IRVING, Marta de Azevedo. Construindo um Modelo de Planejamento Turístico de Base Comunitária: Um Estudo de Caso. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. Turismo: O Desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
SOBOTTKA, Emil. Movimentos Sociais e Cidadania no Brasil Hoje. In: Veritas. Porto Alegre, vol. 43, nº especial, dez.-1998.			
TELLES, Vera. Pobreza e Cidadania. São Paulo: ed. 34, 2001.			
TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política. CEDEC, 1999. nº 46.			
THUROT, J.M. et al. Efectos del Turismo en los Valores Socioculturales. In: Estudios Turísticos. 57-8: 233-60. Madrid, 1978.			
VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997.			

Turismo e Desenvolvimento Sustentável			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			

Não Tem

EMENTA

Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Dimensões da Sustentabilidade. Educação Ambiental: Metodologias e Práticas. Estudos de Caso. Consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais. Uso racional dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras.
Desenvolvimento turístico sustentável. Impactos ambientais. Monitoramento de Impactos. Qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental. Princípio e práticas. 6 Ed. São Paulo: Gaia, 2000.
FARIA, Dóris Santos de. Sustentabilidade ecológica no turismo. Brasília. Editora da UnB, 2001.
ONU/WCED – Word Commission on Environment and Development (CMM AD –Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RUSCHMANN, Dóris. Turismo e planejamento sustentável - a proteção do meio ambiente. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 1997. vol. 1. (Série Turismo).
MORAIS FILHO, Melo. Festas e tradições populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002. 384 p.
OLIVEIRA, Antonio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2005. 293 p.
PEREIRA, Maria Selma Alves Araújo. O turismo na terceira idade: pousada Barlavento. Belo Horizonte: s.e., 2007. 25 p.

Educação Ambiental e Patrimonial

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	15
CARGA HORÁRIA TEÓRICA	45	CRÉDITOS	4

PRÉ-REQUISITO

Não Tem

EMENTA

Educação Patrimonial: aspectos conceituais. A Diversidade e a Localidade como Bases da Educação Patrimonial. Principais instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Classificações institucionais do patrimônio cultural e suas formas de preservação. Patrimônio cultural material e imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão, ofícios e lugares que contribuem e/ou contribuíram para a formação das comunidades locais, regionais e nacional. Tombamento e seus efeitos. Inventário, registro e salvaguarda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEMO, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo ? A questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1995.
ORTIZ, Renato Ortiz. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marly. *Patrimônio, idéia que nem sempre é prática*. In: A construção da Cidade. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Brasília, 1998.
SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o*

debate. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (Coord.). – Memória, Cidade e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ/IPHAN, 1997.

SOARES, A L. Ramos. *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo & PRINSK, Jaime. (Orgs). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é Cultura Popular*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

Optativas

Desenvolvimento Sustentável			
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CRÉDITOS	4
PRÉ-REQUISITO			
Não Tem			
EMENTA			
<p>Desenvolvimento sustentável: dimensões, concepções e impactos. As diferentes dimensões do desenvolvimento (econômica, social, política, ambiental e tecnológica). Sistemas de indicadores de sustentabilidade. Crescimento econômico e introdução às teorias do desenvolvimento. Conflitos socioambientais. Índice de qualidade ambiental</p> <p>Objetivos</p> <p>Oferecer uma visão dos problemas relacionados aos riscos ambientais produzidos por modelos de desenvolvimento não sustentáveis. Prover de subsídios que facilitem a análise dos problemas atuais com o intuito de promover estratégias para o desenvolvimento sustentável. Discutir as políticas públicas ambientais e industriais e o compromisso com o cumprimento de normas ambientais e sua fiscalização</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) NBR 14.040 – Gestão ambiental – Avaliação do ciclo de vida – Princípios e estrutura. 2001.</p> <p>GUEVARA, A. J.H; ROSSINI, A; SILVA, J. U. Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. Elsevier, 2008.</p> <p>PÁDUA, José Augusto. Desenvolvimento, justiça e meio ambiente. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>. VEIGA, J. E. Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.</p> <p>_____, J. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XX. São Paulo: Ed. Garamond, 2006.</p> <p>KAZAZIAN, T. Haverá a idade das coisas leves – design e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.</p> <p>SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. São Paulo: Ed. Garamond, 2006.</p> <p>ENCINAS, Cristiane Gantus. Educação ambiental, cidadania e projetos de transformação. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2004.</p>			

LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL		
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CRÉDITOS 4
PRÉ-REQUISITO Não Tem		
EMENTA Direito ambiental sob a ótica da Constituição da República Brasileira. O conceito ideológico de desenvolvimento sustentável. Lei de acesso à informação ambiental. Lei nº 4.771/65. Lei nº 9.638/81 a responsabilidade civil e penal. Estatuto da cidade. Lei nº 9.605/98. Fundamentos legais da Reforma Agrária. Lei nº 9.440/92. Lei nº 9.984/2000. Nesta disciplina procura-se descrever os fundamentos legais para gestão ambiental em propriedades rurais		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALVARENGA, O. M. Políticas e Direito Agroambiental: Comentários á nova lei de Reforma Agrária. Rio de Janeiro: forense, 1995. PRADO JUNIOR, Caio. A questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 2000. STROZAKE, J. (Org.). A questão Agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista Tribunais, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR VARELA, M. D. Introdução ao direito à Reforma Agrária: o direito face aos novos conflitos sociais. São Paulo: LED, 1998. SILVEIRA, D. S. & XAVIER, F.S.A. (Org). O direito agrário em debate. Porto Alegre: Ed. Advogado, 1998. MACHADO, PAULO A. L. Estudos de Direito Ambiental. São Paulo: Malheiros Editores, 1994. MIRANDA, Alcir G. de. Teoria de Direito Agrário. Belém: Ed. Cejup, 1989. PAVIN, Vanilda (org.) Reforma Agrária dentro e fora da lei. São Paulo. Ed. Paulinas, 1990.		

SOCIOLOGIA AMBIENTAL		
CARGA HORÁRIA TOTAL	45	CRÉDITOS 3
PRÉ-REQUISITO Não Tem		
EMENTA Desenvolvimento histórico-conceito e estudo da sociologia. Os princípios éticos e filosóficos da relação sociedade-natureza e o surgimento da questão ambiental. Teorias sociológicas: bases ecológicas; bases biológicas e sociológicas da sociedade. Educação para o meio ambiente. A reforma agrária. Elementos para a análise científica da sociedade: estrutura social, classes sociais, instituições e mudanças sociais. Isolamento e contato. Grupos sociais, controle social, processos de produção, estratificação e mobilidade, culturas e seus processos, instituições sociais população e sociedade. Indicadores de subdesenvolvimento. Proporcionar aos alunos o contato com autores e textos nas ciências sociais, a disciplina tem por objetivo sua introdução ao pensamento científico na interpretação da sociedade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo. Nacional, 2002. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. MARX, Karl. O Manifesto Comunista. São Paulo, Bomtempo, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR WEFORT. Francisco Correia. Os clássicos da política. São Paulo, Ática, 1989. KRUPPA, Sônia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo. Cortez, 1998. AZEVEDO, Fernando de. Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de		

Sociologia Geral. São Paulo, Melhoramentos, 1973.
 BETTO, Frei. Introdução à Política Brasileira. São Paulo, Ática, 1991
 CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo F. Introdução ao pensamento sociológico. São Paulo. Moraes, 1992.

MEIO AMBIENTE E TURISMO AGROECOLÓGICO		
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CRÉDITOS
PRÉ-REQUISITO		
Não Tem		
EMENTA		
Turismo Rural: origens e características. Produção Turística no meio rural. Aspectos econômicos e sócio-culturais. Os impactos ambientais. Clientela e mercado do Turismo Rural. Implantação de projetos. Planejamento turístico: fatores intervenientes no desenvolvimento do turismo: fatores socioeconômicos determinantes, fatores culturais e psico-sociológicos, fatores técnicos determinantes. Turismo agroecológico e sub-atividades do turismo. Permitir aos acadêmicos compreender e os espaços utilizados com práticas agroecológicas como potenciais à exploração turística de modo sustentável e elaborar projetos destas mesmas áreas		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ABREU, Lucimar Santiago . Impactos sociais e ambientais na agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso. Brasília: Embrapa-SPI, 1994. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA Levantamento dos Empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa : Localização, categorização e descrição geral. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. LAGE, Beatriz H. G; MILONE, Paulo C. Economia do turismo. Campinas: Papirus, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Embratur. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, DF, 1994 LEMOS, Leandro de, Turismo: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo. Campinas: Papirus, 2000. OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000. RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC, 2000. RUSCHMANN, DORIS. Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.		

Legislação e Política Ambiental na Amazônia Legal e no Tocantins		
CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CRÉDITOS
PRÉ-REQUISITO		
Não Tem		
EMENTA		
Pagamentos por Serviços Ambientais PSA como objetivo de conservação. Serviços ambientais (captura e retenção de carbono; biodiversidade; proteção hídrica; beleza cênica). Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde da Amazônia Legal. PROECOTUR. Legislação e política ambiental pertinentes à Amazônia Legal e ao Estado do Tocantins. Objetivos Conhecer os principais objetivos da criação dessa região. Entender a importância das políticas para a conservação, manutenção e envolvimento das comunidades locais. Discutir e analisar		

os benefícios sociais, ambientais e econômicos do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALUM, C. **Leis Ambientais do Tocantins**.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. Empório do Livro, 2009.

MORAN, E. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

POSEY, D. **Uma estratégia Latino Americana para a Amazônia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

PAVIN, Vanilda (org.) **Reforma Agrária dentro e fora da lei**. São Paulo. Ed. Paulinas, 1990.

STROZAKE, J. (Org.). **A questão Agrária e a justiça**. São Paulo: Editora Revista Tribunais, 2000.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Legislação de Direito Ambiental**, São Paulo: Saraiva, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

CARGA HORÁRIA TOTAL	60	CRÉDITOS	4
----------------------------	----	-----------------	---

PRÉ-REQUISITO

Não Tem

EMENTA

Introdução aos aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Apresentar o ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Ampliação de habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos sócio educacionais do indivíduo surdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Lourdes. **Língua de Sinais e Aquisição da Linguagem**. In: Fonoaudiologia: no sentido da linguagem. São Paulo: Cortez, 1994.

APOVILLA, F. C., RAFHAEL, W. D. **Sinais de LIBRAS e o universo da Educação**. In: F.C. Capovilla (Org.) **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o Mundo do Surdo em LIBRAS**. Vol. 1, de 19 volumes, 340 pp.) São Paulo, SP: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHLGREEN, I.; HYLSTENSTAM, K. (eds). **Bilingualism in deaf education**. Hamburg: signum-verl., 1994.

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1994: Salamanca). Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2 ed. – Brasília: CORDE., 1997.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociais**. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua trabalhando com sujeitos surdos**. Cadernos Cedes, ano XX, n. 50, abr. 2000.

Atividades integrantes

Cultura e Arte Popular		
CARGA HORÁRIA TOTAL	45	CRÉDITOS 3
PRÉ-REQUISITO		
Não Tem		
EMENTA Conceitos de cultura e arte. O artesanato e a cultura no Brasil e no Tocantins. Festas, danças, músicas, mitos e lendas. Artes Populares. Artesanato Regional. Objetivo Geral: Analisar as concepções teórico-metodológicas sobre cultura, arte e turismo, identificando as manifestações culturais e artísticas aptas a serem exploradas pela atividade turística		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARANTES, Antônio Augusto. O que é arte popular . 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. TIRAPELI, Percival. Arte popular . São Paulo: IBEP Nacional, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas . São Paulo: Perspectiva, 2003. CALDAS, Waldenyr. Cultura . São Paulo: Global Editora, 2008. GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginários . São Paulo: Aleph, 2005. CERTEAU, M. de; JULIA, D.; REVEL, J. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. A invenção da sociedade. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989. CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 1988.		

Patrimônio Cultural e Turismo Étnico e Religioso		
CARGA HORÁRIA TOTAL	45	CRÉDITOS 3
PRÉ-REQUISITO		
Não Tem		
EMENTA patrimônio imaterial como atrativo turístico. As festas religiosas e demais festividades do Brasil e Tocantins como elementos do patrimônio cultural. As variadas representações simbólicas. Locais, festividades e eventos culturais religiosos de interesse turístico. Turismo étnico em terras indígenas e em comunidade quilombolas: possibilidades e limitações do turismo étnico afro-brasileiro e indígena.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALMEIDA, A. W. B. de. <i>Terras de Preto, Terras de Santo e Terras de Índio- Uso Comum e Conflito</i> /Revista do NAEA. UFPA, 1989. BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo pra quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; BursztyN, I. <i>Turismo de base comunitária: diversidade de olhares</i> . 144-162. Brasília, Letra e Imagem, 2009. P. 76- 107. GRUNEWALD, Rodrigo A. Turismo e etnicidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre. V. 9. N. 20. p. 15-29. out. 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PINHÃO, Ailson; TREVISAN, Salvador. Cultura e Turismo: imagem dos índios Tupinambá sobre Olivença . In. Revista internacional de Desenvolvimento Local. V. 7, n. 11 . Set. 2005.		

- SUNDFELD, Carlos Ari (org). **Comunidades Quilombolas:** direto a terra. Brasília: *Fundação Cultural Palmares/ MinC/ Editora Abaré*, 2002.
- METRE, Leia. Ecoturismo em terras dos índios Pataxó. Porã'duba. Brasília. V. 2. N. 19. P. 3. Jul. 2002.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, V. 4. N. 1. Pag. 47-77. Abril, 1998
- CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, n.16, p. 179-192, 1995.

VI. METODOLOGIA

1. INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Na *Pesquisa* reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/sociedade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e sujeitos da pesquisa, visando a criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais no Estado do Tocantins. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos no contexto da formação do profissional de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

A *Extensão*, entendida como uma das funções básicas da Universidade é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

Participação em grupo de pesquisa;

Projetos de iniciação Científica;

Projetos de pesquisa institucionais;

Autoria e execução de programas, projetos ou cursos de extensão;

Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso;

Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições.

As atividades de pesquisa e extensão serão organizadas em articulação com as pesquisas em andamento, no contexto dos grupos de pesquisas existentes no *Campus* de Arraias, em outros *campi* da UFT, bem como, em articulação com grupos de outras instituições.

-Projetos extensão: A construir.

-Projetos de pesquisa: A construir.

2. MONITORIA E PROGRAMA DE TUTORIA DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL

O Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental buscará, por meio das pesquisas de seus docentes e discentes, a melhoria da graduação para fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Ademais, professores do Curso, de acordo com as normativas da UFT trabalharão por meio de programas de monitoria o acompanhamento de discentes visando melhorar seu rendimento acadêmico e o fortalecimento com a comunidade.

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com a estrutura curricular do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, os acadêmicos deverão cumprir no mínimo 105h de atividades complementares, o que está de acordo com as diretrizes curriculares e também com a Resolução 009/2005 do CONSEPE/UFT.

De acordo com esta regulamentação, as atividades são obrigatórias e estão divididas em três tipos (Atividades de ensino, pesquisa e extensão).

T I P O	CÓDIGO	NOME DA ATIVIDADE	CRÉDITO P/ ATIV.	CARGA HORÁRIA P/ ATIV.*	Nº ATIV.	CARGA HORÁRIA ACUMULADA
E N S I N O	AC101	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina); máximo de 03 disciplinas.	Até 30h-02			
			Acima - 04			
	AC102	II – Atividades de monitoria; (por semestre)	05			
	AC103	III – Organizar e ministrar minicursos; (por minicurso)	02			
	AC104	IV – Participação como ouvinte em minicursos; (por minicurso)	01			
	AC105	V – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira; (por Curso);	02			
P E S	AC201	I – Livro Publicado, na área e com ISBN; (por livro)	20			

Q U I S A	AC202	II – Capítulo de Livro, na área e com ISBN; (por capítulo)	05			
	AC203	III – Projetos de Iniciação Científica; (por projeto)	10			
	AC204	IV – Projetos de Pesquisa Institucionais; (por projeto)	05			
	AC205	V – Artigo publicado como autor, periódico com conselho editorial na área; (por artigo)	05			
	AC206	VI – Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial) na área; (por artigo)	03			
	AC207	VII – Artigo completo publicado em anais como autor; (por artigo)	03			
	AC208	VIII – Artigo completo publicado em anais como coautor; (por artigo)	02			
	AC209	IX – Resumo em anais; (por resumo)	01			
	AC2010	X – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos, por semestre; (por participação)	01			
E X T E N S Ã O	AC301	I – Autoria e execução de projeto de extensão; (por projeto)	Até 30h-03			
			Acima - 05			
	AC302	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.); (por evento)	02			
	AC303	III – Participação como conferencista em (congressos, palestras, mesas-redondas, etc); (por participação)	04			
	AC304	IV – Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc); (por evento)	Até 30h-01			
			Acima - 02			
	AC305	V – Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc); (por apresentação)	03			
	AC306	VI – Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc); (por evento)	01			

	AC307	VII – Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc); (por apresentação)	03			
	AC308	VIII – Participação em oficinas; (por participação)	01			
	AC309	IX – Visitas técnicas; (por visita)	01			
	AC310	X – Estágios extracurriculares; (cada 80 horas)	04			
	AC311	XI – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc); (por semestre)	02			
	AC312	XII – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc); (por semestre)	02			
	AC401	Outras atividades extracurriculares relacionadas com a formação do curso.	---			
TOTAL GERAL						

* O critério utilizado para o cálculo dos créditos foi um crédito equivalente há 15 horas/aula.

3.1 Operacionalização da Atividade Complementar

As Atividades de Ensino compreendem:

I- Grupo de estudo: constitui-se em atividade proposta por um ou mais docentes que reúne um grupo de estudantes (no mínimo 15), que tem por objeto o estudo avançado de autores ou temáticas que contribuem com a formação do turismólogo.

II- Seminário temático: constitui-se em atividade proposta por um ou mais docentes para um grupo de estudantes (no mínimo 15) que tem como objeto o aprofundamento de temáticas priorizadas no Projeto do Curso e/ou outras demandas que contribuem com a formação do turismólogo.

III- Monitoria órgãos, instituições, públicas, privadas, mistas, ONGs, Associações e junto a Comunidades, que necessitem de profissionais que possam planejar, inventariar, ordenar, projetar, manejar ações do turismo sustentável, com foco no turismo sociocultural, socioambiental, socioeconômica, sociopolítico-institucional: constitui-se em atividade proposta pelo Colegiado, em consonância com os sistemas de ensino, a ser orientada por um ou mais docentes, que tem por objetivo inserir os discentes (no mínimo 6 por professor) no ambiente de atuação do profissional de Turismo, a fim de possibilitar-lhes vivências e experiências no âmbito do ensino, da gestão e da produção de conhecimento.

IV- Apoio técnico e confecção de material didático: constitui-se em atividade de estudo e de produção de material didático, organizado de forma sistemática a partir de projeto de um ou

mais docentes, que tem como público-alvo discentes do Curso de Turismo (no mínimo 15) e professores das Redes Públicas de Ensino, e objetiva produção de material sobre o campo de atuação do turismólogo, dando suporte ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas do Curso.

V- Monitoria Acadêmica: constitui-se em atividade de acompanhamento acadêmico a determinada disciplina determinada pelo colegiado e seguindo edital específico cujo objetivo é propor a participação do acadêmico nas atividades universitárias, contribuir com a melhoria da construção do projeto pedagógico do curso de graduação, incentivar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes no que se refere à orientação acadêmica, científica e ao planejamento de atividades didático-pedagógicas.

VI- Outras atividades propostas pelo Colegiado: além das atividades elencadas acima, o Colegiado de Curso poderá apresentar propostas de outras atividades que complementaram o currículo, seguindo os mesmos princípios e critérios já definidos para as atividades complementares: serem oferecidas e orientadas pelo corpo docente, com organização, avaliação e carga-horária específicas, de natureza não disciplinar, terem por base as prioridades do Curso, as demandas discentes e as linhas de pesquisa, e devendo ser definidas no planejamento semestral.

A contabilização da carga horária docente nas atividades complementares de ensino obedecerá ao determinado no Regimento Acadêmico: atividade com 15 ou mais alunos contabilizar-se-á segundo a equação $15h = 01$ crédito; atividades com mais de 05 alunos e menos de 15 alunos serão qualificadas como estudo orientado e obedecerão a equação $30h = 01$ crédito.

As Atividades de Pesquisa e Extensão compreendem:

I - Participação em grupo de pesquisa (com relatório)

II - Participação em Projetos de Iniciação Científica (com relatório final)

III - Projetos de pesquisa institucionais (com relatório final)

IV - Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão (com orientação docente)

V - Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso.

VI - Grupo de estudos em instituição da área de atuação do curso.

VII - Estudo e produção científica e artístico-cultural

Cabe ressaltar que, caso o acadêmico exceda as 105 (cento e cinco horas) mínimas de atividades, as mesmas serão acrescentadas ao total de horas/aula no computo final, sem qualquer prejuízo a este.

Os documentos comprobatórios das atividades complementares devem ser apresentados junto ao Setor de Protocolo, posteriormente, as encaminhará para a Coordenação de Curso para a

validação e confecção da ata, a qual será registrada pela secretaria acadêmica no Histórico Escolar do aluno.

Caso o aluno discorde da contagem da carga horária e dos créditos, este deverá recorrer à Coordenação do Curso e, posteriormente, se ainda não satisfeito, ao Colegiado do Curso e ao Conselho Diretor do Campus.

Somente terão validade para computo as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental na UFT. Todas as cargas horárias validadas deverão ser transformadas em créditos, considerando cada crédito como 15h de atividade.

4. ATIVIDADES INTEGRANTES

As atividades integrantes são compreendidas como atividades de **ensino** (promovidas pela UFT ou em parceria²), orientadas pelo corpo docente da instituição em diferentes áreas do campo educacional, previstas na estrutura curricular de caráter obrigatório para integralização do curso. O PPC do curso prevê que o aluno participe dessas atividades do primeiro ao sexto período a fim de integralizar a carga horária prevista no curso. Com organização, avaliação e carga horária específica. As atividades de **ensino** serão ofertadas no formato de disciplina. A oferta será proposta pelo corpo docente, em horário de contra turno ou aos sábados e validadas pelo colegiado.

As atividades integrantes totalizam 6 créditos e carga horária de 90 h.

No quadro apresentamos as atividades integrantes que compõem o currículo do curso de Turismo Patrimonial:

Atividades integrantes	Disciplinas	CR	CHT
	Manejo turístico	3	45
	Elaboração de Inventário turístico	3	45
	Cultura e Arte Popular	3	45
	Patrimônio Cultural e Turismo Étnico e Religioso	3	45
	Inventariamento das Potencialidades Turísticas Regionais	3	45
	Organização e Mobilidade Social	3	45
	Produção inventário turístico	3	45

² Sob a responsabilidade do docente da UFT

	Mapeamento turismo em comunidades tradicionais	3	45
	Produção de Roteiros turísticos	3	45
	Elaboração de plano de manejo turístico	3	45
	Planejamento e gestão de roteiros turísticos	3	45
	Educação patrimonial e turística	3	45
	Outros definidos pelo Colegiado		
	TOTAL	36	540

5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio supervisionado do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental será desenvolvido no último semestre do curso e poderá ser realizado nas áreas de atuação do curso: planejamento, gestão, ordenamento, inventário, assessoria, mapeamento, consultoria. Devem ser realizados em instituições parceiras, organizadas e regidas de acordo com o Regulamento de Estágio Curricular Obrigatória do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT-Arraias.

O estágio supervisionado se constitui em momentos articuladores entre estudos teóricos podendo ser realizado nas várias áreas de atuação do turismo, na perspectiva de compreender, analisar e efetivar ações relativas ao desenvolvimento sustentável regional do setor turístico; pesquisar, planejar, ordenar, inventariar, gerenciar, assessorar, manejar e prestar consultoria para efetivação do turismo sustentável; lidar com equipes multiprofissionais, estabelecendo uma comunicação oral e escrita dirigida, utilizando as ferramentas adequadas ao relacionamento com os diversos públicos; elaborar, implantar e avaliar projetos turísticos, adotando o conceito de sustentabilidade socioambiental, sociocultural, socioeconômica, sociopolítica-institucional.

O estágio supervisionado deverá ser orientado por um professor do curso que atua numa das áreas de interesse do acadêmico, e como resultado final do estágio deverá ser produzido um relatório técnico científico como Trabalho de Conclusão de Curso (modelo indicado no regulamento de estágio). O estágio supervisionado do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental do Câmpus de Arraias será organizado e regido pelo regulamento à seguir:

5.1. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

**Atualizado pela Resolução Consepe n.º 10/2017, de 22 de março de 2017.*

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL (CÂMPUS DE ARRAIAS)

CAPITULO I DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 1º O regulamento de Estágio Curricular obrigatório do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental está redigido de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º O presente regulamento poderá ser revisto, no seu todo ou em parte, para seu aperfeiçoamento ou atualização, face às necessidades da aprendizagem aplicada em complementação às atividades teóricas e práticas do curso e/ou por mudanças nas resoluções da Universidade ou mudanças na lei.

Parágrafo único. As alterações do Regulamento do Estágio Curricular do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental deverão ser aprovadas nas seguintes instâncias: Colegiado do Curso, Conselho Diretor (CONDIR) do Câmpus de Arraias e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins, nesta ordem.

CAPITULO II DA NATUREZA

Art. 3º O Estágio Curricular obrigatório constitui, alternativamente, uma atividade acadêmica de treinamento e qualificação profissional, de caráter integrador, que visa complementar os processos de aprendizagem teórico-prática, conforme as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso de graduação, em consonância com a Legislação Federal sobre Estágio (Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Art. 4º O Estágio Curricular obrigatório faz parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias, sendo obrigatória para a integralização curricular a realização de, no mínimo, 75 (setenta e cinco) horas de estágio (CNE/CSE nº1/2006).

CAPITULO III DOS OBJETIVOS

Art. 5º O Estágio Curricular obrigatório tem como objetivo proporcionar ao(à) discente a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe adquirir uma visão crítica de sua área de atuação.

CAPÍTULO IV ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 6º O Estágio Curricular não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do(a) discente por meio das vivências e experiências próprias da situação

profissional em instituições conveniadas com a Universidade Federal do Tocantins, mediante assinatura do Termo de Compromisso.

§1º. O Estágio Curricular não-obrigatório é atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as Atividades Complementares.

§2º. A carga horária será de no máximo 20 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias.

§3º. Nos períodos de férias escolares, a jornada de trabalho será estabelecida entre o(a) estagiário(a) e a Unidade Concedente do estágio.

§4º. A documentação relativa ao Estágio Curricular Não Obrigatório está disponível no sítio virtual da Universidade/Central de Estágio.

CAPÍTULO V

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7º O Estágio Curricular obrigatório é entendido por qualquer atividade que propõe ao(à) discente:

- I - adquirir experiência profissional;
- II - compreender, analisar e efetivar ações relativas ao desenvolvimento sustentável regional do setor turístico;
- III - pesquisar, planejar, ordenar, inventariar, gerenciar, assessorar, manejar e prestar consultoria para efetivação do turismo de acordo com os preceitos da sustentabilidade;
- IV - lidar com equipes multiprofissionais, estabelecendo uma comunicação oral e escrita, utilizando as ferramentas adequadas ao relacionamento com os diversos públicos;
- V - elaborar, implantar e avaliar projetos turísticos, adotando o conceito de sustentabilidade socioambiental, sociocultural, socioeconômica, sociopolítica-institucional.

SEÇÃO I

DOS LOCAIS E CAMPOS DE ATUAÇÃO

Art. 8º. O Estágio Curricular obrigatório poderá ser desenvolvido na própria Universidade Federal do Tocantins ou em outras organizações públicas, privadas e ONGs (Organizações Não Governamentais) que possibilitem a aplicação e reelaboração dos conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas (obrigatórias, optativas e/ou integrantes) que compõem o currículo do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

§ 1º. Quando o estágio não for realizado na Universidade Federal do Tocantins, obrigatoriamente deverá ter celebração de um Termo de Compromisso entre o(a) discente, a Unidade Concedente do estágio e a Instituição de Ensino Superior.

§ 2º. O Estágio Curricular também poderá ser desenvolvido em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Tocantins e de outras instituições de ensino, no caso de Mobilidade Acadêmica ou Convênio Institucional, além de laboratórios e espaços administrativos da Universidade. Esclarece-se que uma vez computada a carga horária em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão como Atividade de Estágio esta não poderá ser novamente computada como Atividade Complementar.

§ 3º. O(A) discente poderá realizar Estágio Curricular obrigatório no seu local de trabalho, desde que desempenhe atividades relacionadas com a área de turismo e obedeça todos os trâmites obrigatórios inscritos na Seção II – Da Validade do Estágio Curricular Obrigatório. O início das atividades de estágio em local de trabalho ficará condicionado à adequação das etapas para regularizar o estágio, constantes nesse Regulamento.

§ 4º. No caso de Estágio Curricular, obrigatório e não-obrigatório, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, deverá ser respeitada a Orientação Normativa nº 2 de 24/06/2016 do Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG.

Art. 9º Dentre as possibilidades da área do turismo, o(a) discente poderá estagiar nas seguintes organizações:

I - Agências de Turismo: (Agência de Viagens e Agências de Viagens e Turismo); ou seja, empresas prestadoras de serviços de agenciamento, de todos os tipos existentes no mercado tais como: Empresas de representações de serviços turísticos em geral, Agências Consolidadoras, Agências com serviços virtuais, segmentadas por produtos e públicos diversos;

II - Empresas de Transportes Aéreos e de Superfície: Companhias Aéreas, Empresas de Transporte de Passageiros por fretamento de Turismo, Locadoras de Automóveis, Empresas de Transporte Ferroviário, Empresa de Transporte Marítimo ou representante das mesmas;

III - Empresas de Alimentos e Bebidas: Restaurantes, bares, buffet e demais prestadores de serviços de alimentos e bebidas;

IV - Editoras que publicam ou traduzem obras de turismo;

V - Empresas de Assessoria e Consultoria de Turismo;

VI - Associações comunitárias, cooperativas, instituições que atuam com extensão rural e Comunidades Tradicionais;

VII - Empresas privadas e/ou públicas que embora não exerçam atividades diretas ligadas ao setor turístico que possuam departamentos de viagens, departamentos de lazer, departamentos de eventos e de logística de viagens e acomodação;

VIII - Empresas de cultura, educação, recreação e entretenimento, Museus, Centros Culturais, Casas de Espetáculos e Shows, Parques de Diversões (Temáticos, Entretenimento, Aquáticos e Parques de Animais), Parques Nacionais e outras;

IX - Entidades ligadas ao setor de Turismo: ABAV, ABBTUR, ABEOC, UBRAFE, ABIH, ABLA, ABREDI, ABRESI, AHT, AMT, BRAZTOA, SINDETUR, IEB, SEBRAE, SESC, SENAC, CNT, entre outras;

X - Eventos: Empresas organizadoras de eventos, Centro de Convenções, Centro de exposições e feiras comerciais e industriais, Bureau de eventos, Espaços de eventos e centros culturais, e em empresas que embora não seja diretamente de eventos possuem um departamento de eventos;

XI - Hospitais e Centros de Saúde: com atividades de hotelaria hospitalar, hospitalidade e saúde do viajante;

XII - Imprensa Especializada: Cadernos especializados em Turismo em periódicos informativos e outros;

XIII - Magistério: Atuar como assistente de docentes em aulas, laboratórios em cursos de graduação, cursos livres e cursos técnicos profissionalizantes;

XIV - Meios de Hospedagem: Hotéis, Hotéis de Lazer, Resorts, Hotéis Residência, Hotéis Clube, Spas, Hotéis Fazenda, Eco hotéis, Lodges, Motéis, Timeshares, Pensões, Pensionatos, Colônias de Férias, Albergues da Juventude, Pousadas, Flats, Acampamentos de Férias, Campings, Hospedagens de Turismo Rural e Cruzeiros Marítimos, no departamento de hospedagem, entre outros;

XV - Organizações de informação, documentação, estudos e pesquisas de turismo, hotelaria e hospitalidade, Institutos de Pesquisas Tecnológicas;

XVI - Organismos de representações diplomáticas: consulados ou Embaixadas em atividades ligadas ao Turismo; Departamento de Turismo de Consulados e Embaixadas e Conselhos Internacionais de Turismo;

XVII - ONGs diretamente ou não ligadas ao Turismo que tratem de assuntos ligados diretamente ou indiretamente a este setor;

XVIII - Órgãos Públicos do Setor de Turismo: Ministério de Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, Secretarias Estaduais de Turismo, Secretarias ou Empresas Municipais de Turismo e Agências de Desenvolvimento;

- XIX - Parques e Áreas de Conservação;
- XX - Periódicos Acadêmicos da área de Turismo;
- XXI - Sites especializados em Turismo;
- XXII - Shopping Centers: no departamento de hospitalidade.

Art. 10. Quando o(a) discente não encontrar local para a realização de seu Estágio Curricular obrigatório, caberá à Comissão de Estágio contatar e solicitar novas oportunidades de estágio priorizando a adequação do(a) discente, que satisfaçam aos objetivos do estágio e do Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único. A Comissão de Estágio apresentará opções de estágio em Instituições/Empresas e dentro da própria IES em Projetos de Ensino, Pesquisa Extensão, cujos coordenadores dos projetos sejam docentes ou técnicos de ensino superior, vinculados ao Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental. Neste caso, deverá ser respeitada a Orientação Normativa nº 2 de 24/06/2016 do Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG.

SEÇÃO II

DA VALIDADE DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 11. Sobre a validade do Estágio Curricular obrigatório:

I - O convênio entre as partes, Unidade Concedente e UFT, deve ser firmado para que o Estágio Curricular obrigatório tenha validade. O convênio é um ajuste que trata da interação da Universidade com a conveniente para a concessão de vagas para estágio;

II - O convênio deve ser celebrado pelo representante legal da UFT, o(a) Reitor(a), e o(a) representante legal da conveniente;

III - O convênio tem vigência média de dois anos e pode ser prorrogado até o prazo de cinco anos. Após esse período, novo convênio deverá ser celebrado.

Parágrafo único. O convênio deverá ser assinado primeiramente pelo(a) Reitor(a) (após elaboração do termo pelo Setor de Convênio e análise da Procuradoria Jurídica), pela Unidade Concedente e só terá validade após publicação no Diário Oficial da União – DOU. O(A) discente somente poderá iniciar o Estágio Curricular obrigatório após publicação do Convênio no DOU, e o Termo de Compromisso ter sido assinado pela Unidade Concedente e pelo(a) próprio(a) estagiário(a).

Art. 12. As Unidades Concedentes de estágio podem oferecer Estágio Curricular obrigatório, observadas as seguintes obrigações:

I - celebrar Convênio, quando for o caso, e Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o(a) estagiário(a), zelando por seu cumprimento;

II - indicar funcionário de seu quadro de pessoal para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários(as) simultaneamente;

III - contratar em favor do(a) estagiário(a) seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no Termo de Compromisso. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino;

IV - por ocasião do desligamento do(a) estagiário(a), entregar Termo de Desligamento do Estágio, informando os motivos e a data de desligamento;

V - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

Art. 13. São condições mínimas para a Unidade Concedente de estágio ser aceita:

I - ser legalmente constituída (com CNPJ);

II - possuir estruturas física, operacional e administrativa que possibilitem o desenvolvimento de atividades de estágio;

III - ofertar vagas de estágio nas áreas relacionadas ao Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental;

IV - dispor de recursos humanos qualificados, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para supervisionar as atividades de estágio;

V - dispor de recurso material e técnico que possam ser usados pelos(as) estagiários(as) à concretização das atividades de estágio.

Art. 14. A celebração de convênio entre as partes exige a apresentação e/ou formalização dos seguintes documentos:

I - Ofício da Central de Estágio ou Direção do Campus (quando os convênios são solicitados pela Central ou Direção). O ofício da Central de Estágio ou Direção deve ser dirigido ao Setor de Convênios/Reitoria da UFT, contendo a justificativa para assinatura do convênio, a declaração da Comissão de Estágio de que as atividades de estágio estão relacionadas à área de formação do(a) discente e, no caso dos estágios obrigatórios, a declaração de que o mesmo atende às exigências do curso em relação a este componente curricular. Deve constar endereço, telefone, CEP e e-mail da Unidade Concedente;

II - Carta da Unidade Concedente solicitando a celebração do convênio, em papel timbrado e devidamente assinado (quando os convênios são solicitados diretamente pela Unidade Concedente de estágio, podendo ser enviado por e-mail). A carta deve expressar o interesse da empresa em oferecer estágio para estudantes da UFT, indicando os campos de estágio, as condições oferecidas para a sua realização, atividades propostas e conter as seguintes informações: endereço completo da empresa para correspondência, setor responsável pelo Convênio; nome, e-mail, telefone para contato;

III - Termo de Convênio firmado em 03 (três) vias pelo representante legal da empresa, pelo representante da UFT (Reitor) e por duas testemunhas (uma da empresa e uma da UFT) - O representante da empresa é a pessoa que, de acordo com o Contrato Social/Estatuto, possui competência para representar/administrar a Empresa perante quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais, assinando convênios, termos aditivos e contratos;

IV - Cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto da Unidade Concedente, juntamente com a sua última alteração;

V - Comprovante atualizado da Inscrição e da Situação Cadastral da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

VII - Cópia do Documento de identidade e do CPF do representante da Unidade Concedente;

VIII - Cópia do ato de posse /nomeação do representante da empresa. Esse documento só deve ser enviado se o nome do representante não constar no Contrato Social/Estatuto;

IX - Procuração autenticada se o Convênio for assinado por um procurador da Unidade Concedente;

X - Quando a Unidade Concedente de estágio for Profissional Liberal de nível superior, este deve estar devidamente registrado em seu respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

Parágrafo único. A solicitação para a celebração de convênio não poderá ser feita diretamente pelo(a) discente. O processo só poderá ser formado mediante o acompanhamento de um dos dois documentos listados neste artigo (incisos I ou II).

Art. 15. É facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio nos seguintes casos:

I - quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 1 (um) a 5 (cinco) empregados;

II - quando a Unidade Concedente for Profissional Liberal (Guia de Turismo, Administrador, Consultor, etc.);

III - quando o(a) estagiário(a) for funcionário do quadro de pessoal da Unidade Concedente e discente regularmente matriculado em curso da UFT e se trate da realização do Estágio Curricular obrigatório.

Art. 16. O Termo de Compromisso deverá ser firmado pelo(a) estagiário(a) ou pelo seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da Unidade Concedente e da Instituição de Ensino, vedada à atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º da Lei 11.788/08 como representante de qualquer das partes.

§1º. O Termo de Compromisso deve ser firmado em 03 (três) vias pelo representante da empresa, pelo(a) estagiário(a) e pelo representante da UFT (representante da Comissão de Estágio).

§2º. O Termo de Compromisso tem vigência semestral e pode ser renovado.

§3º. A formalização de novos Convênios pela UFT ocorre em um prazo médio de 20 dias e a do Termo de Compromisso em 48 horas, depois de serem providenciados e enviados à Central de Estágios todos os documentos necessários.

§4º. Os novos Termos de Compromisso, assim como os Termos Aditivos, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25.09.2008, exigem um Plano de Atividades, que será elaborado pela Unidade Concedente do Estágio, em conjunto com a Comissão de Estágio.

§5º. O Plano de Atividades constará como anexo ao Termo de Compromisso ou Termo Aditivo e deverá ser devidamente preenchido e assinado pela Unidade Concedente (e assinado pelo funcionário responsável pelo estágio – supervisor local) e enviado à Comissão de Estágio para ajustes e parecer.

§6º. Cada Termo Aditivo exigirá novo Plano de Atividades. Todo termo só será assinado pela UFT depois que o Plano de Atividades for assinado pelo Supervisor Local de Estágio.

§7º. Somente serão assinados pela UFT os Termos de Compromisso, Aditivos e Planos de Atividades que utilizem os modelos oferecidos pela UFT.

§8º. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o(a) discente iniciar qualquer modalidade de estágio e a sua assinatura está condicionada a existência de um convênio, salvo os casos elencados no Art. 15, celebrado entre a UFT e a Unidade Concedente de estágio.

SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 17. Do funcionamento do Estágio Curricular obrigatório:

I - A Coordenação do Curso lançará um edital semestralmente com número de vagas para cada docente orientador(a) de estágio, de acordo com sua linha de pesquisa ou área de atuação, em que o(a) discente poderá se candidatar somente a partir da conclusão de pelo menos 50% das disciplinas do curso;

II - As vagas para os estágios serão distribuídas equitativamente entre os(as) docentes do curso;

III - Caberá aos(às) docentes orientadores(as) estabelecer os prazos de início e término das atividades de Estágio Curricular obrigatório e zelar pelo cumprimento das atividades e carga-horária;

IV - A aprovação no Estágio Curricular obrigatório está condicionada ao rendimento dos(as) discentes no desenvolvimento do seu Plano de Atividades de Estágio e na produção e defesa do seu Relatório Técnico Científico (RTC), equivalente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

V - Para o estágio realizado anteriormente ao período previsto na Matriz Curricular, o(a) discente terá que solicitar o aproveitamento da disciplina de Estágio Curricular obrigatório junto à Coordenação do Curso para validação, após aprovação do RTC.

SEÇÃO IV DA DOCUMENTAÇÃO E DOS REQUISITOS

Art. 18. A documentação relativa ao Estágio Curricular obrigatório, realizado fora ou dentro da Universidade Federal do Tocantins, para autorização do início do estágio, deverá ser enviada pelo(a) discente em ambiente virtual de aprendizagem criado para esse fim. Documentos a serem enviados:

- I - Edital do Estágio elaborado pela Coordenação do Curso semestralmente;
- II - Documento comprobatório da celebração de convênio entre a UFT e a Unidade Concedente de estágio;
- III - Carta de Aceite do(a) Docente Orientador(a) de Estágio;
- IV - Termo de Compromisso de Estágio;
- V - Documentos pertinentes previstos na Resolução 20/2012 da Universidade Federal do Tocantins;
- VI - Plano de Atividades de Estágio Curricular Obrigatório, assinado pelo(a) docente orientador(a);
- VII - Carta de Aceite da Supervisão Local de Estágio.

Parágrafo único. Após envio dos documentos digitalizados, de acordo com o previsto neste artigo, a Coordenação do Curso emitirá um parecer autorizando a realização do estágio.

Art. 19. Para validação e registro das atividades de estágio, deverá ser composto um processo, junto ao Protocolo do Câmpus, que será encaminhado pelo(a) discente à Coordenação de Curso para apreciação. Documentos a serem enviados:

- I - Parecer de Liberação de Estágio emitido pela Coordenação do Curso;
- II - Ficha de Frequência;
- III - Ficha de Avaliação do(a) Estagiário(a) pelo Supervisor da Unidade Concedente;
- IV - Relatório do Estágio Curricular Obrigatório;
- V - Relatório Técnico Científico (RTC) aprovado em banca;
- VI - Ata de Defesa do RTC.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO

Art. 20. A Coordenação de Curso é responsável pelo diário e lançamento das notas e viabilização dos documentos necessários para realização do estágio, quais sejam:

- I - disponibilizar aos(às) discentes e docentes os formulários a serem preenchidos e devolvidos à coordenação;
- II - manter contato com o setor competente da Pró-Reitoria de Graduação, o setor de Convênios e a Central de Estágios para acompanhar as mudanças nos dispositivos legais, receber orientações e atender solicitações;
- III - expedir correspondências referentes aos estágios;
- IV - promover, juntamente com o colegiado, seminários dos(as) estagiários(as) concluintes aos candidatos a estágio nos semestres subsequentes.

Parágrafo único. O acompanhamento administrativo do(a) estagiário(a), rendimento e a execução do Plano de Atividades de Estágio é de responsabilidade do(a) docente orientador(a), que terá que repassar à Coordenação do Curso: o aproveitamento, a apresentação e a aprovação do Relatório Técnico Científico.

Art. 21. São atribuições do(a) docente orientador(a) do Estágio Curricular obrigatório:

- I - apresentar o número de vagas disponível para orientação, assinar o aceite de orientação e elaborar com os(as) estagiários(a) um Plano de Atividades de Estágio;

II - acompanhar o estágio de forma sistemática, realizando, quando possível e necessário, visitas periódicas aos locais de campo de estágio;

III - orientar, acompanhar e encorajar atividades criativas desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) sob sua responsabilidade;

IV - promover, em conjunto com a Coordenação do Curso, seminários dos(as) estagiários(as) concluintes aos candidatos a estágio nos semestres subsequentes.

Art. 22. São atribuições do supervisor local de estágio:

I - manter contato regular com os(as) estagiários(as) para instruções e acompanhamento do estágio;

II - preencher e assinar a Ficha de Frequência e a Ficha de Avaliação do(a) Estagiário(a) pelo Supervisor da Unidade Concedente, emitindo parecer sobre o desempenho do(a) estagiário(a);

III - controlar o desenvolvimento do estágio dentro da Unidade Concedente;

IV - informar ao(à) estagiário(a) as normas da empresa ou instituição em que o estágio esteja atuando;

V - comunicar a IES sobre o descumprimento das normas da instituição e do Termo de Compromisso.

Parágrafo único. Conforme a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, recomenda-se que o supervisor local do estágio tenha ensino superior.

Art. 23. São atribuições da Comissão de Estágio:

I - atualizar e revisar o Regulamento de Estágio, em conjunto com o Colegiado do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, sempre que necessário;

II - manter contato com as instituições externas ou setores internos para fins de realização de estágios;

III - organizar, em parceria com os(as) docentes orientadores(as) dos(das) estagiários(as), um cadastro das instituições potencialmente fornecedoras de vagas para estagiários(as);

IV - avaliar, caso seja necessário, junto com o supervisor local de realização de estágio, o desempenho do(a) estagiário(a);

V - encaminhar à Coordenação de Curso documentação relativa ao Convênio de Estágio, mantendo uma cópia em arquivo;

VI - reunir-se, sempre que necessário, cabendo ao Presidente a sua convocação;

VII - manifestar-se sobre os convênios de estágio;

VIII - assessorar a Coordenação e Colegiado de Curso nas atividades pertinentes aos Estágios Curriculares.

§1º. A Comissão de Estágio Curricular do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental será composta por 3 (três) membros do Colegiado do Curso, sendo o Coordenador do curso e mais 2 (dois) docentes indicados pelo Colegiado.

§2º. A presidência da Comissão de Estágio será eleita entre seus membros.

§3º. A vigência da Comissão será de 2 (dois) anos.

§4º. Enquanto houver docente do Colegiado do Curso que nunca tenha participado da Comissão de Estágio, não será permitida a recondução de docentes para composição da Comissão de Estágio, exceto no caso de ocupar a função de Coordenação de Curso.

Art. 24. São deveres do(a) estagiário(a):

I - conhecer e cumprir as normas do Estágio Curricular obrigatório;

II - inscrever-se no edital de vaga para estágio e receber por escrito o aceite de orientação;

III - providenciar o preenchimento da documentação necessária à formalização do Estágio Curricular obrigatório;

IV - selecionar o local em que realizará o estágio;

V - entregar o Plano de Atividades de Estágio;

VI - zelar e ser responsável pela manutenção das instalações e equipamentos utilizados;

VII - respeitar a hierarquia dos locais de estágio, obedecendo a determinações de serviço e normas locais;

VIII - manter comportamento profissional e ético nas relações humanas, conforme previsto no Código Mundial de Ética do Turismo;

IX - demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas;

X - respeitar os prazos definidos de entrega de documentações e de relatórios;

XI - Apresentar e ter a aprovação do Relatório Técnico Científico (RTC).

Art. 25. São direitos do(a) estagiário(a):

I - receber orientação para realizar suas atividades previstas no Regulamento do Estágio;

II - expor à Comissão de Estágio possíveis problemas que dificultem ou impeçam a realização do Estágio Curricular obrigatório para que possam buscar soluções;

III - estar seguro contra acidentes pessoais que possam ocorrer durante o estágio;

IV - comunicar ao(à) docente orientador(a) quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do estágio, dentro dos princípios éticos da profissão, visando seu aperfeiçoamento.

Art. 26. São atribuições das Unidades Concedentes do estágio:

I - permitir o uso dos espaços disponíveis pelo(a) estagiário(a);

II - permitir o uso de recursos disponíveis pela instituição;

III - tomar as devidas providências com o(a) estagiário(a) que não cumprir com os regulamentos do local de estágio, como, por exemplo, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com as pessoas e equipamentos do local do estágio;

IV - informar por escrito à Comissão de Estágio qualquer irregularidade decorrente do não cumprimento de condições estabelecidas neste regulamento.

SEÇÃO VI DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 27. A Avaliação do Estágio Curricular obrigatório será realizada por meio de:

I - Ficha de Frequência;

II - Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor da Unidade Concedente;

III - Relatório do Estágio Curricular Obrigatório;

IV - Relatório Técnico Científico (RTC), apresentado e aprovado por banca avaliadora, elaborado e defendido até o último período do curso.

SEÇÃO VII DO RELATÓRIO TÉCNICO CIENTÍFICO (RTC)

Art. 28. O Relatório Técnico Científico (RTC) equivale ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e é resultado da proposta de intervenção realizada no Estágio Curricular obrigatório.

Art. 29. A Banca Avaliadora do Relatório Técnico Científico (RTC) será composta por 3 (três) membros, na forma abaixo:

I - Docente orientador(a), que será seu presidente;

II - 2 (dois) outros membros, sendo, ao menos, 1 (um) pertencente ao quadro de docentes da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único. Compete à Banca avaliadora avaliar a versão definitiva escrita do Relatório Técnico Científico, assim como sua apresentação e defesa oral, em sessão pública, lavrando a Ata de Defesa em documento apropriado.

Art. 30. Sobre a avaliação do Relatório Técnico Científico (RTC):

I - será considerado aprovado na defesa do Relatório Técnico Científico, o(a) discente que obtiver média aritmética (notas da banca) igual ou superior a 7,0 (sete);

II - a apresentação e defesa oral do Relatório Técnico Científico será realizada em sessão pública, em data e local determinado pela Comissão de Estágio e previamente divulgado com antecedência de oito dias para comunidade em geral;

III - o não comparecimento do(a) discente nas atividades do estágio e/ou na realização da defesa resultará na sua reprovação;

IV - se aprovado(a), o(a) discente terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para efetuar as correções e entregar a versão final do Relatório Técnico Científico à Coordenação de Curso. O documento deverá ser entregue encadernado (em capa dura) e em versão digital, contendo a Ata de Aprovação, respeitando as normas da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins.

SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão de Estágio e, quando necessário, pelo Colegiado do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

ANEXOS

Anexo 1	Plano de Atividades de Estágio Curricular Obrigatório
Anexo 2	Carta de Aceite do(a) Docente Orientador(a) de Estágio
Anexo 3	Carta de Apresentação do(a) Discente
Anexo 4	Termo de Compromisso para realização de Estágio
Anexo 5	Carta de Aceite da Supervisão Local de Estágio
Anexo 6	Ficha de Frequência
Anexo 7	Ficha de Avaliação do(a) Estagiário(a) pelo Supervisor da Unidade Concedente
Anexo 8	Relatório do Estágio Curricular Obrigatório
Anexo 9	Relatório Técnico Científico (RTC)
Anexo 10	Termo de Desligamento do Estágio

Observação: O Termo de Convênio e os respectivos Aditivos estarão disponíveis somente para Comissão de Estágio do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

ANEXO 1 - Plano de Atividades de Estágio Obrigatório

Ver SETOR DE ESTÁGIOS – Portal da UFT
<http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/estagios>

ANEXO 2 - Carta de Aceite do(a) Docente Orientador(a) de Estágio

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Nome do Supervisor Local de Estágio: _____

Data: ____/____/____

Prezados Senhores,

Eu, _____, Docente do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins, venho comprometer-me em orientar o(a) discente _____ na Instituição/Empresa _____ no período de ____/____/____ a ____/____/____, conforme o Regulamento de Estágio do Curso e Termo de Compromisso de Estágio.

Docente Orientador(a) de Estágio

ANEXO 3 - Carta de Apresentação do(a) Discente

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Data: ____/____/____

Prezados Senhores,

Atendendo solicitação do(a) discente em referência, informamos que o(a) mesmo(a) é estudante da Universidade Federal do Tocantins do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

Caso essa Instituição/Empresa aceite o(a) referido(a) como estagiário(a), solicitamos que seja indicado um supervisor para que possa acompanhá-lo(a) no desenvolvimento de suas atividades de estágio.

Agradecemos a atenção e a valiosa contribuição de Vossa Senhoria, possibilitando ao(à) discente a oportunidade de realização do referido Estágio.

Atenciosamente,

Comissão de Estágio do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental

ANEXO 4 – Termo de Compromisso para realização de Estágio

Ver SETOR DE ESTÁGIOS – Portal da UFT
<http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/estagios>

ANEXO 5 - Carta de Aceite de Supervisão Local de Estágio

À Comissão de Estágio do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Nome do Supervisor Local de Estágio: _____

Data: ____/____/____

Prezados Senhores,

Eu, _____, da
Instituição/Empresa _____, venho comunicar que possuo
disponibilidade e comprometo-me em supervisionar o(a) discente
_____ do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental
da Universidade Federal do Tocantins, no período de __/__/__ a __/__/__, conforme o Termo de
Compromisso de Estágio.

Supervisor Local de Estágio

ANEXO 6 – Ficha de Frequência

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Nome do Supervisor Local de Estágio: _____

Data: ____/____/____

Mês/Ano Referência: ____/____

DIA	HORA DE ENTRADA	HORA DE SAÍDA	RUBRICA DO SUPERVISOR	DIA	HORA DE ENTRADA	HORA DE SAÍDA	RUBRICA DO SUPERVISOR
1				16			
2				17			
3				18			
4				19			
5				20			
6				21			
7				22			
8				23			
9				24			
10				25			
11				26			
12				27			
13				28			
14				29			
15				30			
				31			

Obrigatório: Em caso de ausência, deverá ser anexado documento que comprove o motivo da falta.

Observações:

 Supervisor Local de Estágio

**ANEXO 7 – Ficha de Avaliação do(a) Estagiário(a) pelo Supervisor da Unidade
Concedente – Estágio Obrigatório**

Ver SETOR DE ESTÁGIOS – Portal da UFT
<http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/estagios>

ANEXO 8 – Relatório do Estágio Curricular Obrigatório

Ver SETOR DE ESTÁGIOS – Portal da UFT
<http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/estagios>

ANEXO 9 - Relatório Técnico Científico (RTC)**MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO (Normas da ABNT)****Normas técnicas da apresentação:**

- Papel A4
- Margem esquerda e superior: 3 cm
- Margem direita e inferior: 2 cm
- Espaçamento entre linhas: 1,5 cm
- Dois espaços de 1,5 cm antes e depois das seções e subseções do texto
- Fonte tamanho 12 (excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas de ilustrações e tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme)
- Os títulos das seções primárias, por serem as principais divisões de um texto, devem iniciar em folhas distintas
- Contagem da numeração de páginas a partir da folha de rosto (a capa não entra na contagem), porém o número, propriamente dito, deverá aparecer somente a partir da parte textual do trabalho (Introdução)

O relatório deve seguir o padrão de um trabalho científico, constando:**ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**

- 1 – Capa
- 2 – Folha de Rosto
- 3 – Folha de aprovação
- 4 – Resumo
- 5 – Sumário

ELEMENTOS TEXTUAIS

- 1 – Introdução
- 2 – Objetivo Geral
- 3 – Objetivos Específicos
- 4 – Referencial Teórico
- 5 – Metodologia e Procedimentos
- 6 – Resultados
- 7 – Considerações e Recomendações

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

- 1 – Referências
- 2 – Anexos
- 3 – Apêndices

ANEXO 10 - Termo de Desligamento do Estágio

À Comissão de Estágio do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Nome do Supervisor Local de Estágio: _____

Data: ____/____/____

Prezados Senhores,

Comunicamos que a partir de ____/____/____ fica rescindido o Termo de Compromisso de Estágio firmado na data de ____/____/____ entre a _____ (Unidade Concedente) e o(a) estagiário(a) _____, regularmente matriculado no curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins.

Informamos que o referido estágio foi rescindido na supracitada data pelo seguinte motivo:

- () Contratação do(a) estagiário(a) em regime CLT
- () Por iniciativa da empresa
- () Situação irregular de matrícula do estudante
- () Por iniciativa do estudante
- () Outro motivo: _____

Supervisor Local de Estágio

5.3 Modelo de Relatório do Estágio - Relatório Técnico Científico

MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO BASEADO NA NBR 10719, 1989.

DEVE SER:

Regras gerais de apresentação:

- *Papel A4*
- *Margem esquerda e superior: 3 cm.*
- *Margem direita e inferior: 2 cm.*
- *Espaçamento entre linhas: 1,5 cm.*
- *Dois espaços de 1,5 cm antes e depois das seções e subseções do texto.*
- *Fonte tamanho 12 (excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas de ilustrações e tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme).*
- *Os títulos das seções primárias, por serem as principais divisões de um texto, devem iniciar em folhas distintas.*
- *Contagem da numeração de páginas a partir da folha de rosto (a capa não entra na contagem), porém o número, propriamente dito, deverá aparecer somente a partir da parte textual do trabalho (Introdução).*

DEVE TER AS SEGUINTE SEÇÕES:

CAPA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS
CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL

Nome do (s) autor (s). Se tiver mais de um autor, inserir os nomes em ordem alfabética.

TÍTULO DO RELATÓRIO

ARRAIAS-TO,
2014

FOLHA DE ROSTO

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO RELATÓRIO

Relatório técnico científico apresentado como requisito parcial para obtenção de aprovação junto ao Estágio Supervisionado, no Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, o Câmpus de Arraias, da Universidade Federal do Tocantins.

Prof. Orientador

ARRAIAS-TO,
2014

RESUMO

RESUMO

Este trabalho apresenta as características exigíveis para a apresentação de um relatório técnico-científico, conforme a norma técnica NBR 10719:1989, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O objetivo é disponibilizar aos alunos um modelo de apresentação de relatório técnico para ser utilizado durante a graduação. Omitiram-se alguns elementos opcionais descritos na norma, bem como alguns itens mais específicos, simplificando-o.

Palavras-chave: Relatório técnico-científico. Modelo. NBR 10719. ABNT.

Palavras que representam o conteúdo do texto.

O resumo é a apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento. Não deve ultrapassar 500 palavras.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	DESENVOLVIMENTO.....	5
2.1	OBJETIVO GERAL.....	5
2.1.1	Objetivos específicos.....	5
2.2	METODOLOGIA.....	5
2.3	PROCEDIMENTOS EXPERIMENTAIS.....	6
2.4	RESULTADOS.....	6
3	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	7
	APÊNDICE A – Título do apêndice.....	8
	ANEXO A – Título do anexo.....	9
	REFERÊNCIAS.....	10

A tipografia utilizada nas seções e subseções do sumário deve ser igualmente utilizada no texto.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A introdução é a parte inicial do texto, que contém informações objetivas para situar o tema do trabalho, tais como a delimitação do assunto e os objetivos da pesquisa. “A introdução não deve repetir ou parafrasear o resumo, nem dar detalhes sobre a teoria experimental, o método ou os resultados, nem antecipar as conclusões e as recomendações” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1989, p. 5).

Citação direta, com até três linhas deve vir inserida no texto entre aspas.

Citação direta com mais de três linhas, deve ter recuo de 4 cm da margem esquerda da página. A fonte deve ser menor do que a utilizada no texto. O espaçamento entre linhas deve ser simples.

Citação direta é a transcrição exata (cópia) da idéia do autor consultado.

DESENVOLVIMENTO

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do assunto é a parte mais importante de um trabalho, onde deve ser descrito as teorias, os métodos, as discussões e os resultados encontrados.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1989, p. 1), o relatório técnico-científico é um “documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica”.

O relatório técnico-científico apresenta, sistematicamente, informação suficiente para um leitor qualificado, traça conclusões e faz recomendações (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1989).

O desenvolvimento textual do trabalho pode-se dividir em quantas seções e subseções forem necessárias para melhor detalhamento do conteúdo.

Sugerem-se, neste relatório, as seguintes subdivisões:

Nas citações indiretas - transcrição das idéias do autor consultado, porém usando as suas próprias palavras - não se deve indicar a página do texto onde foi extraída a idéia transcrita.

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever o objetivo geral da pesquisa.

2.1.1 Objetivos específicos

Descrever os objetivos específicos da pesquisa.

2.2 METODOLOGIA

Descrever a metodologia adotada na pesquisa.

2.3 PROCEDIMENTOS

Descrever os procedimentos metodológicos realizados no decorrer do estudo (equipamentos, técnicas, metodologias e processos utilizados).

2.4 RESULTADOS

Relatar os resultados obtidos a partir dos experimentos e dos estudos realizados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta seção são descritas claramente as conclusões retiradas das discussões e dos experimentos realizados no decorrer da pesquisa, e finalizada a parte textual do trabalho. Recomendações são declarações concisas de ações, julgadas necessárias a partir das conclusões obtidas, a serem usadas no futuro.

APÊNDICE A – Título do apêndice

Apêndices são textos ou documentos elaborados pelo autor do trabalho em questão, a fim de complementar a argumentação. Os apêndices devem ser identificados através de letras maiúsculas consecutivas e seus respectivos títulos, como no exemplo acima.

ANEXO A – Título do anexo

Anexos são textos ou documentos não elaborados pelo autor do trabalho em questão, porém servem para fundamentação, comprovação e/ou ilustração. Os anexos devem ser identificados através de letras maiúsculas consecutivas e seus respectivos títulos, como no exemplo acima.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10719**: apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro, 1989. 9 p.

Não devem ser referenciadas fontes bibliográficas que não foram citadas no texto. Caso haja conveniência de referenciar material bibliográfico sem alusão explícita no texto, isto deve ser feito na sequência das referências, sob o título "Bibliografia Recomendada".

As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto, digitadas em espaço simples e separadas entre si por dois espaços simples. Além disso, devem estar em ordem alfabética, por autor.

SEÇÃO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º. – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Estágio Curricular do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental do Câmpus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins.

6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A concepção de avaliação que permeia a prática docente e discente é de um processo contínuo e refletida a partir dos resultados da prática pedagógica e profissional. Assim, a avaliação objetiva a apreensão, análise e compreensão dos processos vinculados ao ensino de Turismo devem servir de retomada, orientação e replanejamento nos processos educacionais aos quais se inserem. De caráter formativo, com o predomínio do qualitativo, a sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem previamente planejado pelo docente e discutido com os discentes. Constituem objetos comuns aos componentes disciplinares do currículo do Curso:

- o exercício da leitura e do rigor interpretativo;
- o exercício da expressão escrita e oral;
- análise crítica e problematização de temáticas e textos, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que fundamentam o turismo.
- da contextualização e crítica dos conhecimentos turísticos e sua sistematização;
- da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.
- do diálogo com as instituições e as práticas ligadas a área de atuação do turismólogo.

6.1. Concepções Sobre Avaliação Do Processo Ensino-Aprendizagem

O colegiado do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental do Campus Universitário de Arraías entende que o processo avaliativo exige:

Revisão do Projeto Pedagógico do curso numa periodicidade de, no máximo, dois anos;

O envolvimento do conjunto dos docentes, estudantes que compõem a comunidade do curso, no processo de avaliação de seu Projeto Pedagógico;

A análise da realidade de cada curso expressa pela condução metodológica na apresentação de conteúdos, nas diretrizes para o processo de avaliação do aprendizado, na organização curricular adotada, na distribuição de tempos curriculares, ou seja, a análise do projeto pedagógico como um todo;

Articulação entre meios e fins, necessária à operacionalização do projeto;

Análise das contribuições apresentadas por órgãos internos e externos à UFT, que são envolvidos no processo de formação inicial e continuada de professores;

Observar as contribuições da pesquisa e da extensão;

A articulação com os egressos do curso e com a sociedade em geral;

Considerar as contribuições das Comissões de Avaliação das Condições de Ensino para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso.

No âmbito da avaliação do processo de aprendizagem o corpo docente do curso observará as seguintes orientações:

Estabelecer diagnóstico das necessidades formativas do aluno tendo como ponto de partida sua inscrição no universo sociocultural do qual é membro;

Readequar os objetivos e conteúdos programáticos propostos na disciplina ao contexto apresentado no diagnóstico;

Discutir e propor alternativas de avaliação levando sempre em conta a avaliação diagnóstica e formativa;

No âmbito da avaliação do curso será criada uma Comissão Permanente de Avaliação com o objetivo de focar as seguintes dimensões:

Avaliação semestral da disciplina pelo aluno e pelo professor;

Avaliação do desempenho do professor e do aluno;

Avaliação da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso).

6.2 Prática profissional

Pimenta (1999), destaca que a identidade profissional se constrói a partir da revisão das tradições, num processo de reafirmação de práticas consagradas culturalmente. Sendo assim preparar a sociedade, crianças e jovens, para atuarem na sociedade atual – da sua riqueza e dos seus problemas.

[...] isso requer preparação científica, técnica e social. Por isso, a finalidade da educação escolar na sociedade tecnológica, multimídia e globalizada, é possibilitar que os alunos trabalhem os conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo habilidades para operá-los, revê-los e reconstruí-los com sabedoria. Pimenta (2012, p. 25).

Nessa perspectiva, o profissional além das competências da sua profissionalidade docente, deve primar pelo compromisso com a comunidade ao qual a instituição atende. Ensinar os conhecimentos que envolve o turismo, deve ter como referência opções teóricas-metodológicas que potencialize a aprendizagem dos alunos, a experimentação e a resolução

de problemas teóricos e práticos vivenciados pela sociedade contemporânea, na perspectiva do turismo. Nesse sentido, o trabalho docente se constitui enquanto um compromisso com a sociedade, com acadêmicos para se tornarem profissionais comprometidos com desenvolvimento sustentável do turismo, possibilitando uma formação que valorize a sustentabilidade socioambiental, sociocultural, socioeconômica, sociopolítica-institucional.

A articulação de uma formação teórico-prática, constituída na ação-reflexão-ação, do profissional do turismo, conduzirá para a construção e aplicação do conhecimento, tendo como referência a pesquisa contextualizada, visando possibilitar melhoria da qualidade dos estabelecimentos turísticos, articulada a melhoria da qualidade de vida das populações e comunidades impactadas. A prática profissional deve primar pelo desenvolvimento de uma formação que valorize a sustentabilidade do turismo.

7. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental visa, de acordo com o PPI, promover a qualidade das atividades acadêmicas em articulação com a Avaliação Institucional. Dessa forma, será desenvolvida de forma contínua e sistematizada para que possamos fazer um acompanhamento em processo, sendo assim no final de cada ano será elaborado um instrumento de avaliação, em consonância com as orientações metodológicas da Comissão Própria de Avaliação da UFT – CPA, para que ao final de cada dois anos o colegiado do curso possa revisar o PPC realizar as adequações e ajustes que se fizerem necessários.

O Curso terá o aporte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que coordenará a cada ano a avaliação sistemática e progressiva do curso. Sendo assim, a avaliação enquanto processo formativo, levará em conta a natureza do curso, seus objetivos e o perfil dos seus profissionais (professores/alunos). Tal avaliação permitirá uma ação efetiva do colegiado do curso no sentido de assegurar que os profissionais egressos do curso tenham garantido a qualidade da sua formação.

8. AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENAD E OUTROS)

As avaliações do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental serão realizadas e articuladas de acordo com a Política Pública de Avaliação do Ensino Superior, instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei nº 10.861, de 14 de

abril de 2004). Este sistema permitirá ao Curso ser avaliado enquanto pertencente à Instituição (UFT), desempenho dos discentes por meio do ENADE, levando em consideração três aspectos: ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, o Curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de avaliação da UFT.

VII. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

1. Formação Acadêmica E Profissional Do Corpo Docente

Atualmente o Campus de Arraias conta com 35 professores efetivos em seu quadro de servidores (10 doutores, 8 doutorandos e 17 mestres). A formação destes profissionais permite que os mesmos possam atuar em diferentes áreas do conhecimento, conforme quadro a seguir.

ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTITATIVO DE PROFESSORES
Ciências Agrárias	22
Ciências Sociais Aplicadas	20
Ciências da Terra	21
Licenciaturas	35

A partir da aprovação do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, até a primeira metade de sua implantação, serão necessários sete (7) professores efetivos e para segunda metade cinco (5) professores. As vagas liberadas pelo MEC poderão ser preenchidas por remoção interna (do próprio Câmpus), externa (de outros Câmpus) e por concurso público, conforme perfil do curso. Observamos que a remoção interna deverá seguir os seguintes critérios por ordem de prioridade:

1-os profissionais (docentes e/ou técnicos) deverão atender os objetivos e o perfil de profissional proposto para o curso;

2-tenham o compromisso de residir a menos de 50 km do Câmpus de Arraias;

3-priorizar os profissionais efetivos do Câmpus de Arraias, que tenham o perfil proposto para o curso e que atuaram efetivamente na elaboração do PPC;

4-Profissionais de outros Câmpus que atuaram na elaboração do PPC do Curso;

Todos os casos devem ser analisados inicialmente pela Comissão Elaboração do PPC, a partir de documentação de solicitação enviada a mesma. Após a constituição do Colegiado o esse será responsável pela análise e parecer dos processos.

As vagas não preenchidas pelos critérios de remoção interna, desta proposta, deverão ser encaminhadas para concurso público, considerando o quadro abaixo, com o perfil de profissionais para atuar no curso.

Quadro Indicativo do Perfil de Profissionais para Atuar como Professores do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

Perfil	Disciplinas	Carga horária	Semestre	<u>Professor Aproveitamento Ou concurso</u>
Letras: Mestre em Português/Inglês. 1 vaga para professor/a	1. Leitura e produção de texto	60h	1º	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Metodologia Científica	60h	1º	
	3. Inglês aplicado ao turismo	60h	2º	
Geógrafo: Mestre em Geoprocessamento ou em Turismo. 1 vaga para professor/a	1. Geografia do turismo	60h	2º	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Geoprocessamento aplicado ao turismo	60h	6º	
	3. Educação ambiental e patrimonial	60h	6º	
História/Sociologia/Antropologia: Mestre em Educação 1 vaga para professor/a	1. Antropologia cultural e do turismo	60h	1º	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Aspectos filosóficos e sociológicos do turismo	60h	2º	
	3. Patrimônio e turismo	60h	2º	
História/Sociologia/Antropologia: Mestre em História Cultural/patrimônio cultural 1 vaga para professor/a	4. Sociologia do lazer e do turismo	60h	3º	Concurso Ou Remoção Interna
	5. Museu e museologia	60h	4º	
	6. Gestão das cidades e patrimônio cultural	60h	5º	
Turismo: Mestre em Turismo Cultural 1 vaga para professor/a	1. Psicologia Aplicada ao Turismo	60h	1º	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Gastronomia, gestão e cultura	60h	5º	
	3. Turismo de base comunitária	60h	6º	
Turismo: Mestre em Turismo Socioambiental ou Turismo e Meio Ambiente. 3 vaga para professor/a	1. Teoria geral do Turismo I	60h	1º	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Teoria geral do turismo II	60h	2º	
	3. Turismo e desenvolvimento sustentável	60h	6º	
	4. Formatação de produtos e roteiros turísticos	60h	4º	
	5. Planejamento e organização do turismo	60h	3º	
	6. Políticas públicas em turismo	60h	5º	

	7. Inventariamento das Potencialidades Turísticas Regionais	60h	6°	
Turismo: Mestre em e Turismo e Hotelaria ou Turismo e Hospitalidade 2 vagas para professor/a	1. planejamento e organização de eventos	60h	5°	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Planejamento de gestão dos meios de hospedagem	60h	4°	
	3. Planejamento e gestão de roteiros turísticos	60h	6°	
	4. Manejo turístico	60h	6°	
	5. Elaboração de Inventário turístico	60h	6°	
	6. Organização e Mobilidade Social	60h	6°	
	7. Empreendedorismo e produção cultural	60h	3°	
	8. Estágio supervisionado	75h	6°	
Matemática Mestrado – Computação/Marketing// Profissional Interdisciplinar em Modelagem Computacional de Sistemas/ Turismo ou Comunicação ou Comunicação e Multimeios Mestrado Educação ou Comunicação ou Computação ou Profissional Interdisciplinar em Modelagem Computacional de Sistemas ou Turismo 1 vagas para professor/a	1. Sistema de Comunicação e Informação em Turismo	60h	3°	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Marketing do turismo	60h	5°	
	3. Análise econômica do turismo	60h	6°	
Biólogo: Mestre em Ecologia ou Desenvolvimento sustentável ou Desenvolvimento Regional. 1. professor/a	1. Legislação ambiental e patrimonial: turismo e ética.	60h	3°	Concurso Ou Remoção Interna
	2. Meio ambiente e ecoturismo	60h	4°	
	3. Desenvolvimento Sustentável	60h	1°	
	4. Optativas	60h	6°	

É preciso ressaltar que os profissionais do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, poderão atuar nos Cursos afins existentes no Câmpus de Arraías, conforme parcerias estabelecidas pelo colegiado.

2. REGIME DE TRABALHO

Os professores concursados para o Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, quando de sua implantação, deverão exercer 12 horas/aula de ensino semanais, além das atividades de pesquisa e extensão, em regime de Dedicação exclusiva.

Desde que não haja nenhum prejuízo as suas atividades junto ao Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental estes ainda poderão ministrar aula, ou prestar assessoria em outros Cursos e em programas de Pós-Graduação da UFT no Câmpus de Arraias.

3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores, composto por 30% dos docentes do Colegiado do Curso em regime de dedicação exclusiva, que tem a função de criar, implantar e consolidar os projetos pedagógicos do Curso. O NDE do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental será instituído a partir da estruturação do colegiado do Curso.

O Trabalho do Núcleo Docente Estruturante do Curso do curso de Tecnólogo em Turismo Patrimonial e Socioambiental do Câmpus de Arraias será organizado e regido pelo regulamento à seguir:

3.1. Regimento Geral do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso De Turismo Patrimonial e Socioambiental do Câmpus de Arraias/UFT



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL ESOCIOMABIENTAL – TECNÓLOGO DA UFT- CÂMPUS DE ARRAIAS

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da UFT – Câmpus de Arraias;

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e deliberativo, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico de cada Curso, e tem por finalidade, a implantação, implementação, atualização e complementação do mesmo.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a)** Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- b)** Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- c)** Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- d)** Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- e)** Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- f)** Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares, encaminhando para aprovação do Colegiado do Curso;
- g)** Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

h) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído pelo:

- a)** Coordenador do Curso;
- b)** 30% (trinta por cento) do corpo docente.

Art.5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, sem possibilidade de recondução.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 6º. Os docentes que compõem o NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação devidamente reconhecidos e/ou revalidados. Deverão possuir curso de pós-graduação stricto sensu e, destes, pelo menos 50% (cinquenta por cento) têm título de Doutor.

Art. 7º. O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso é, de pelo menos, 60% (sessenta por cento).

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art.8º. Os docentes que são designados para o NDE são efetivos e tem regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 9º. A Presidência do NDE será exercida pela Coordenação do Curso ou docente integrante do referido núcleo, indicado pela mesma.

Art. 10º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a)** Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b)** Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c)** Encaminhar as deliberações do Núcleo à Coordenação do Curso;

- d) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- e) Indicar coordenadores com saber específico referente à cada área;
- f) Promover a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art.11º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 (duas vezes por semestre) e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 12º. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14º. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação do curso pelas instâncias da UFT.

4. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OU CIENTÍFICO DO CORPO DOCENTE

Será relatado a partir da implantação e estruturação do colegiado do Curso de Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental.

5. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ATENDE AO CURSO

O curso terá um técnico e nível superior – técnico em informática com experiência na produção visual, para atuar no laboratório de produção visual e marketing.

Dois técnicos e nível médio – auxiliar na administração e nos laboratórios.

VIII. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

1. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS EXISTENTES NO CÂMPUS DE ARRAIAS

Hoje o Campus Universitário de Arraias da UFT tem em funcionamento os seguintes Cursos de graduação:

- Regular presencial: Matemática – Licenciatura; Pedagogia Licenciatura;
- Modular PARFOR: Matemática – Licenciatura; Pedagogia Licenciatura;
- Regime de alternância: Educação do Campo – Licenciatura em Artes
- EaD: Biologia-Licenciatura.

O Campus Universitário de Arraias é composto por duas unidades administrativas/acadêmicas, denominados “Unidade do Buritizinho” e “unidade do Centro”, distantes entre si, aproximadamente 1,5 Km.

a) Unidade do Centro - são desenvolvidas as atividades de ensino dos Cursos de PARFOR de Pedagogia e de Matemática e, aos sábados acontecem atividades do Curso de Biologia na modalidade EaD. Fica situada na Avenida Universitária, s/nº, Centro é composto por três complexos, conforme descrição a seguir.

Na unidade do Centro encontra-se um auditório com capacidade para 50 pessoas, uma copa, quatro banheiros, um almoxarifado, uma sala de reuniões, três de depósito de materiais diversos; um Centro de Documental - Memorial da UFT; sala administrativa do Curso de Biologia; sala da Secretaria do Curso de Biologia; sala da secretaria acadêmica do Curso de Biologia; sala de atendimento dos acadêmicos do PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência); o Laboratório de Educação Matemática (LEMAT); o Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE); Laboratório do Curso de Biologia (LAPBEC); a Coordenação da OBMEP; o Núcleo de Aprendizagem Digital.

Na Unidade do centro passa por reestruturação do espaço, o que possibilitará ainda a instalação de uma sala de aula e um Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação-LIMITIC-Arraias.

b) Unidade do Setor Buritizinho – situado na Avenida Juraildes de Sena Abreu, Setor Buritizinho, Arraias, TO. Esta unidade conta com dois blocos de sala de aula, Um bloco do PARFOR; um prédio para Cantina e um prédio administrativo (BALA).

-Os dois blocos de sala de aula, totalizando 10 salas; um banheiro feminino e um banheiro masculino.

-No piso térreo do bloco do PARFOR encontram-se: um Laboratório de Informática, com trinta máquinas ligadas à internet; cinco salas que agregam a Coordenação de Biblioteca e a biblioteca, com espaço para atendimento a uma média de 60 acadêmicos; uma sala de reprografia para acadêmicos; dois banheiros. No segundo pavimento do bloco do PARFOR encontra-se: três salas que agregam sala de monitoramento do Projeto Tocantins Digital; sala de estudos em grupo; uma copa; dois banheiros.

-O prédio da cantina constitui-se em espaço para agregar 50 pessoas.

-Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA): encontra-se todas as salas da estrutura administrativa do Campus Universitário de Arraias: sala de professores (espaço para atendimento aos estudantes); sala apropriada para arquivo de documentos; uma cozinha; um auditório com capacidade para cem pessoas; Coordenação de Planejamento e Administração; uma de recepção; duas de suporte administrativo; uma de Recursos Humanos; a Direção do Campus (conta com uma recepção, sala do Diretor e sala de reunião); um de Protocolo; uma Reprografia; um Laboratório de Informática (50 máquinas com internet); quatro banheiros; uma de almoxarifado; uma sala de reuniões; sala da secretaria acadêmica; Salas das Coordenações dos cursos de Pedagogia, Matemática e Educação do Campo; salas para os professores, a Central de Estágio Acadêmico.

1.1. Biblioteca

A biblioteca Professor Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento (Arraias) faz parte do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) composto por sete bibliotecas (uma em cada Câmpus) e presta serviços à comunidade acadêmica e ao público em geral. A biblioteca de Arraias conta com um acervo de 11.080 itens entre títulos e exemplares, suprimindo as necessidades informacionais das ementas dos cursos de graduação de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Biologia EaD e PARFOR. Alguns materiais especiais como fitas de vídeo, CD-ROM. A biblioteca conta com cerca de 30 dicionários e enciclopédias e 114 coleções de periódicos distribuídos nas grandes áreas das Ciências Humanas Exatas; um acervo do filósofo Professor Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento

com cerca de 100 volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos sobre movimentos sociais, história, filosofia e educação do campo.

A biblioteca de Arraias conta com o trabalho de uma bibliotecária; 4 técnicos administrativos e uma recepcionista (contratada). Dispõe de 10 escrivaninhas, 2 mesas para computador, 37 cadeiras, 04 computadores interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, particularmente aqueles mantidos pela CAPES e 1 impressoras. Conta ainda com um ambiente reservado para estudos em grupo com mesa e capacidade para 20 pessoas; dispõe de 10 mesas para uma pessoa e 10 cabines para estudos individuais, assim como para projeção de vídeos.

A biblioteca Professor Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento, funciona em horário ininterrupto das 07:30 às 22:30 horas, de segunda à sexta-feira e aos sábados das 08:00 às 12:00 horas.

Além do acervo disponível em Arraias a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut, nos campi de Palmas, Araguaína, Miracema, Porto Nacional, Tocantinópolis e Gurupi, somando um total de mais de 215.712 volumes.

No ano de 2010 houve a adesão total à automação no processo de circulação dos livros por meio do software de gerenciamento de bibliotecas denominado SIE – Sistema Integrado de Ensino, módulo Biblioteca, que proporcionou maior agilidade no atendimento aos usuários. As bibliotecas possuem terminais de acesso ao catálogo online para suas pesquisas e renovação dos itens emprestados. Haverá num futuro próximo, a disponibilidade de acesso online a toda produção intelectual da Universidade por meio do Repositório Institucional formado por teses, dissertações e monografias de todos os campi.

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	QUANT.
570	BIOLOGIA	66
580	BOTÂNICA	8
590	ZOOLOGIA	4
610	MEDICINA	46
613	NUTRIÇÃO	3
1.642	CIÊNCIA DOS COMPUTADORES	94
500	CIÊNCIAS	43
510	MATEMÁTICA	257
510	MATEMÁTICA(ensino médio)	43

510.7	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	349
510.9	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	71
512.5	ALGEBRA	18
512-513	ARITMÉTICA E TEORIA DOS NÚMEROS	25
513.93	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	18
515	CALCULO	240
515.35	EQUAÇÕES	35
516	GEOMETRIA	90
517	ANÁLISE	69
519.4	CÁLCULO NUMÉRICO	28
519.5	ESTATISTICA	91
520	ASTRONOMIA	3
530	FISICA	374
540	QUIMICA	27
604	DESENHO	27
100	FILOSOFIA	132
150	PSICOLOGIA	218
170	ÉTICA	16
301	SOCIOLOGIA	139
301.2	ANTROPOLOGIA	45
303	INFORMÁTICA SOCIAL	6
304.2	MEIO AMBIENTE	17
320	CIÊNCIA POLÍTICA	60
335.4	KARL MARX	20
370	EDUCAÇÃO	469
370	PAULO FREIRE	86
370	PESQUISA EDUCACIONAL	45
370	EDUCAÇÃO SEXUAL	11
370	LEITURA	95
370.1	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	70
370.7	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	114
370.15	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	155
370.19	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	133

370.71	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	40
370.116	EDUCAÇÃO-RECREAÇÃO	10
3.702.681	EDUCAÇÃO-LEIS E LEGISLAÇÃO	66
371	DIDÁTICA GERAL	182
371.2	GESTÃO	60
371.26	AValiação, PLANEJAMENTO E CURRÍCULO	128
371.928	EDUCAÇÃO ESPECIAL	48
3.713.358	TECNOLOGIA EDUCACIONAL	29
372	EDUCAÇÃO INFANTIL	74
374.012	ALFABETIZAÇÃO	56
378	EDUCAÇÃO SUPERIOR	54
379	POLÍTICA EDUCACIONAL	52
900	HISTÓRIA	74
900	HISTÓRIA DO TOCANTINS	16
907	METODOLOGIA DE HISTÓRIA	25
910	GEOGRAFIA	15
910	GEOGRAFIA DO TOCANTINS	11
910.7	METODOLOGIA DE GEOGRAFIA	12
918.1	GEOGRAFIA DO BRASIL	15
981	HISTÓRIA DO BRASIL	79
300	CIÊNCIAS SOCIAIS	31
330	ECONOMIA	50
341	DIREITO	9
657	CONTABILIDADE	11
658	ADMINISTRAÇÃO	46
400-415	LINGUÍSTICA	72
420	LÍNGUA INGLESA	60
469.5	GRAMÁTICA E REDAÇÃO	38
469.7	LÍNGUA PORTUGUESA	41
700	ARTE	45
707	ARTE E EDUCAÇÃO	20
800	LITERATURA	385
TOTAL		5714

A atualização do acervo é coordenado pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação), da seguinte forma: as bibliotecas setoriais têm a responsabilidade de organizar e enviar a PROGRAD listas bibliográficas para compras. Estas listas são produzidas pelo Corpo Docente da Instituição; cuja solicitação é baseada nas bibliografias básicas de cada disciplina que consta nas ementas dos cursos de cada Campus.

O acervo básico é composto das bibliografias que constam nas ementas disciplinares dos cursos de graduação (Matemática e Pedagogia) e das sugestões bibliográficas do Corpo Docente.

Não podemos desconsiderar que o acervo da biblioteca é variado, possuindo áreas diferentes entre si, como mostra o quadro a seguir:

Os periódicos impressos que fazem parte do acervo bibliográfico não são correntes e foram incorporados ao acervo através de doações e compras, são na maioria da área de educação, visto que o curso de pedagogia é a graduação mais antiga do Campus de Arraías. Consta também no nosso acervo, periódicos na área de matemática.

CURSO	NACIONAIS	ESTRANGEIRO	TOTAL
MATEMÁTICA	74	-	74
PEDAGOGIA	444	-	444
DIVERSOS	243	-	243
TOTAL	761	-	761

Acervo de livros por área do conhecimento.

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	QUANT.
570	BIOLOGIA	66
580	BOTÂNICA	08
590	ZOOLOGIA	04
610	MEDICINA	46
613	NUTRIÇÃO	03
TOTAL		127
CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS EXATAS	QUANT.
001.642	CIÊNCIA DOS COMPUTADORES	94
500	CIÊNCIAS	43

510	MATEMÁTICA	257
510	MATEMÁTICA(ensino médio)	43
510.7	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	349
510.9	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	71
512.5	ALGEBRA	18
512-513	ARITMÉTICA E TEORIA DOS NÚMEROS	25
513.93	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	18
515	CALCULO	240
515.35	EQUAÇÕES	35
516	GEOMETRIA	90
517	ANÁLISE	69
519.4	CÁLCULO NUMÉRICO	28
519.5	ESTATISTICA	91
520	ASTRONOMIA	03
530	FISICA	374
540	QUIMICA	27
604	DESENHO	27
TOTAL		1632
CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS HUMANAS	QUANT
100	FILOSOFIA	132
150	PSICOLOGIA	218
170	ÉTICA	16
301	SOCIOLOGIA	139
301.2	ANTROPOLOGIA	45
303	INFORMÁTICA SOCIAL	06
304.2	MEIO AMBIENTE	17
320	CIÊNCIA POLÍTICA	60
335.4	KARL MARX	20
370	EDUCAÇÃO	469
370	PAULO FREIRE	86
370	PESQUISA EDUCACIONAL	45

370	EDUCAÇÃO SEXUAL	11
370	LEITURA	95
370.1	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	70
370.7	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	114
370.15	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	155
370.19	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	133
370.71	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	40
370.116	EDUCAÇÃO-RECREAÇÃO	10
370.2681	EDUCAÇÃO-LEIS E LEGISLAÇÃO	66
371	DIDÁTICA GERAL	182
371.2	GESTÃO	60
371.26	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E CURRÍCULO	128
371.928	EDUCAÇÃO ESPECIAL	48
371.3358	TECNOLOGIA EDUCACIONAL	29
372	EDUCAÇÃO INFANTIL	74
374.012	ALFABETIZAÇÃO	56
378	EDUCAÇÃO SUPERIOR	54
379	POLÍTICA EDUCACIONAL	52
900	HISTÓRIA	74
900	HISTÓRIA DO TOCANTINS	16
907	METODOLOGIA DE HISTÓRIA	25
910	GEOGRAFIA	15
910	GEOGRAFIA DO TOCANTINS	11
910.7	METODOLOGIA DE GEOGRAFIA	12
918.1	GEOGRAFIA DO BRASIL	15
981	HISTÓRIA DO BRASIL	79
TOTAL		2877
CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	QUANT.
300	CIÊNCIAS SOCIAIS	31
330	ECONOMIA	50
341	DIREITO	09

657	CONTABILIDADE	11
658	ADMINISTRAÇÃO	46
TOTAL		147
CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	QUANT.
400-415	LINGUISTICA	72
420	LINGUA INGLESA	60
469.5	GRAMATICA E REDAÇÃO	38
469.7	LINGUA PORTUGUESA	41
700	ARTE	45
707	ARTE E EDUCAÇÃO	20
800	LITERATURA	385
TOTAL		661

Acervo de periódico

Os periódicos impressos que fazem parte do acervo bibliográfico não são correntes e foram incorporados ao acervo através de doações e compras, são na maioria da área de educação, visto que o curso de pedagogia é a graduação mais antiga do Campus de Arraías. Consta também no nosso acervo, periódicos na área de matemática.

CURSO	NACIONAIS	ESTRANGEIRO	TOTAL
MATEMÁTICA	74	-	74
PEDAGOGIA	444	-	444
DIVERSOS	243	-	243
TOTAL	761	-	76

Periódico eletrônico

O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9.640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e, há mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na Internet, pode ser acessado nos terminais do CUA, através do Laboratório de Informática.

1.2. Instalações E Equipamentos Complementares

1.2.1. Laboratório De Informática – LABIN

O Campus Universitário de Arrais conta com dois Laboratórios de Informática, ambos localizados em salas próprias, totalizando 46 (quarenta e seis) máquinas de alta qualidade, com acesso à internet, todas padronizadas com CPU'S da HP e monitores LCD da Samsung. Tais laboratórios contam ainda com mesas para os computadores e professores.

1.2.2. Laboratório De Educação Matemática – LEMAT

O LEMAT tem como objetivos: intervir na formação didática do licenciando; potencializar estudos sobre a formação do professor e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; produzir e utilizar material didático-pedagógico para o desenvolvimento de atividades para o ensino e a aprendizagem da Matemática; possibilitar vivência de práticas de ensino de Matemática, tendo como parâmetro a estruturação didática do processo de ensino e seus elementos constitutivos; e proporcionar situações onde graduandos compreendam conceitos matemáticos e suas metodologias de ensino.

O LEMAT funciona como um ambiente de estudos e pesquisas para os Cursos de Matemática e Pedagogia, oferecidos pelo Campus, onde os professores das disciplinas de metodologias e práticas de ensino desenvolvem suas aulas e atividades práticas. Encontra-se instalado na sala 06 do CUA/UFT, ocupando uma área de 48m². Possui 40 carteiras de madeira, 7 mesas (em forma de bancada), 2 mesas de escritório, 2 armários de aço, 3 prateleiras de aço, 1 armário de madeira, 1 ar condicionado, 1 lousa, 1 tela de projeção, 2 computadores completos. Além de materiais didáticos (jogos, livros, periódicos, figuras geométricas, entre outras) e materiais de consumo. Possui 3 (três) bolsistas (acadêmicos do CUA), contando com docentes colaboradores (que desenvolvem projetos) e vinculados (que ministram disciplinas da área da EM).

1.2.3. O Laboratório De Ensino De Matemática – LEM

Sua criação foi prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática e tem como objetivo dar suporte às disciplinas que necessitam de um espaço adequado para desenvolverem atividades de ensino e de aprendizagem. Ligadas diretamente

ao LEM encontram-se as disciplinas de Didática da Matemática, Laboratório de Ensino da Matemática I e II, História da Matemática, Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágios Supervisionados I, II, III, e IV, além das disciplinas optativas que necessitem do laboratório para a prática.

O LEM localiza-se em uma sala de aula e conta com mobiliário e material específico para o desenvolvimento de suas atividades, quais sejam: 38 cadeiras com braço, 10 mesas, 20 cadeiras, 5 armários, 1 data show, 1 tv LCD 32', 1 computador de mesa, 1 Home Theater, 1 quadro branco e diversos materiais de consumo.

1.2.4. Laboratório De Pesquisa De Práticas Pedagógicas - LAPPE

O Laboratório de Práticas Pedagógicas do curso de Pedagogia funciona na sala 9 do Campus Universitário de Arraias, atende estudantes, professores e comunidade acadêmica nos períodos matutino, vespertino e noturno. Nos períodos matutino e noturno tem como atividade privilegiada o recebimento de turmas das disciplinas vinculadas a ele, haja vista que no Campus de Arraias Curso de Pedagogia é oferecido nestes períodos. O LAPPE conta com mobiliários adaptados, assim com 01 Notebook, 01 impressora, 01 estabilizador, 01 projetor, 01 cabo USB para impressora, 01 minigravador, 01 câmera digital, 01 filmadora Sony, materiais de consumo, vários jogos didáticos para Educação infantil e infantojuvenil.

O LAPPE conta também com monitores, três acadêmicos bolsistas, sendo dois acadêmicos (as) da Pedagogia e um acadêmico (a) da Matemática, a fim de realizamos ações interdisciplinares com os dois cursos de licenciatura que há no Campus de Arraias – TO.

1.2.5. Laboratório De Pesquisa Em Ensino De Ciências – LAPBEC

O LAPBEC atende às demandas de aulas práticas no ensino de ciências dos cursos de Biologia na modalidade EaD e Pedagogia presencial, possuindo como estrutura física: uma sala de 6x8 metros, ar condicionado, pia de inox, armários de madeira com 15 gavetas e 15 portas, com bancada de granito, bancada para experimentação em granito (3x1 metros). O LAPBEC conta com uma aluna da Biologia como bolsista. Este laboratório conta ainda com 1 estufa para esterilização, 1 geladeira, 1 pHmetro, 1 balança de precisão, 1 lupa de dentista, 1 exaustor de gases, 20 microscópios, 5 sensores de captura de imagem para microscópio, 14 estereoscópios, 1 liquidificador industrial, 3 armários de aço, 32 cadeiras estofadas reguláveis, 2 armários tipo prateleira, 1 armário arquivo com chave. Conta ainda com vidrarias e

insumos: 9 pipetas volumétricas e graduadas, 81 tubos de ensaios (vidro), 10 frascos lavador, 10 balões volumétricos, 1 balão de fundo redondo c/ evaporador, 19 erlenmeyer, 21 becker e 20 provetas de plástico.

1.2.6. Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação – LIMITIC

Tem por objetivo criar um laboratório interdisciplinar voltado à interação dos cursos de formação de professores existentes no Câmpus, para elaboração de materiais didáticos interdisciplinares com uso das tecnologias da informação e comunicação para a melhoria da Educação Básica. O laboratório multimídia foi pensando de forma a ter uma estrutura mínima para um MINI ESTÚDIO DE VÍDEO, produção e edição de imagens, vídeo, documentário, produção de material digital educativo. Permitir ainda, a criação e articulação de diferentes metodologias para socializar os resultados dos projetos existentes no Câmpus, promoverem um espaço de referência na geração, gerenciamento e socialização dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos da universidade e da comunidade. Com a ocupação do BALA, Unidade Buritizinho, pela parte administrativa e sala dos professores a Direção do Câmpus de Arraias comunicou, verbalmente, a disponibilização de uma sala para instalação do LIMITIC no prédio antigo da UFT em Arraias. No entanto o prédio deve passar por uma reforma antes de ser liberado para instalação dos equipamentos já recebidos.

1.3. Áreas De Lazer E Circulação

Um prédio onde se localiza a cantina para lanches, com espaço para agregar 50 pessoas.

1.4. Recursos Audiovisuais

Equipamentos Audiovisuais disponíveis no Câmpus são:

QUANTIDADES	ESPECIFICAÇÃO
03	TV EM CORES
02	DATA SHOW
14	RETROPROJETOR
03	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL
01	FILMADORA
01	DVD
01	APARELHO DE SOM MICRO-SISTEM/CD
01	PROJETOR DE SLAIDS
12	TELA BRANCA PARA PROJEÇÃO
02	FLIP CHART
02	MICROFONE
01	MESA/COMANDO DE SOM
04	NOTEBOOK

Fonte: Direção Campus de Arraías

1.5. Acessibilidade Para Portador De Necessidades Especiais

No momento o acesso ao Campus de Arraías apresenta o acesso de cadeirantes pela entrada lateral. As adequações estão sendo providenciadas pelo setor responsável pelas obras.

1.6. Sala De Direção De Campus

Há uma sala para a Direção do Campus e nela uma ante-sala para o secretário da direção, devidamente equipadas para atendimento à comunidade universitária.

1.7. Sala De Coordenador De Curso

Atualmente existem 3 (três) salas para as coordenações de Curso. Em cada uma delas trabalham o coordenador e o secretário do curso.

1.8. Infraestruturas De Serviços

O serviço de transporte é feito por meio de quatro veículos que o Campus possui para a execução de trabalhos administrativos, de ensino, pesquisa e extensão: (um Fiat Uno ano 2001, uma Kombi ano 2002/modelo 2003 e um Prisma Joy da marca Chevrolet ano 2008/2009, uma Boxer Peugeot 2010).

O serviço de comunicação é feito por meio de internet e por telefones que se faz uso de ramais entre os setores.

1.9. Serviços Terceirizados

Os serviços de conservação e limpeza, reprografia, segurança, transporte e recepcionistas são realizados, respectivamente, pelas empresas terceirizadas.

1.10. Obras Em Andamento

O Campus conta com algumas obras que fazem parte do Plano de Consolidação cuja executado foi iniciada em 2014. São elas:

I - Execução do Projeto de urbanização (construção das passarelas cobertas interligando um bloco ao outro e os blocos de aula ao BALA, estacionamento, acessibilidade, escoamento de água, paisagismo, poço artesiano e iluminação);

II - Melhorias: reestruturação do trevo de acesso à universidade junto ao Dertins;

III - Restauração e readequação do prédio da unidade do Centro;

IV – Construção de uma quadra de esportes;

V – Construção de um prédio 3P, com 36 salas;

VI – Construção de prédio (2000 m²) para instalação definitiva da Biblioteca;

VII – Perfuração de um poço artesiano.

2. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS A SEREM IMPLANTADOS NO CÂMPUS DE ARRAIAS

Para a integração entre os conhecimentos teóricos e práticos o curso de Tecnólogo em Turismo Patrimonial e Socioambiental demanda de laboratórios e ambientes para aulas práticas. Adicionalmente, este curso se caracteriza pela interdisciplinaridade, para tanto são utilizados infraestrutura e equipamentos dos setores de Topografia e Geoprocessamento, Meio

Ambiente, Museologia, Hospitalidade, entre outros. Porém esses laboratórios e ambientes ainda não estão disponíveis para uso no Câmpus de Arraías.

Os laboratórios para atender às demandas do curso são:

1. LABORATÓRIO DE EVENTOS - material: toalhas de mesa, copos, talheres, bandejas, louças, rechaud, púlpito, bandeiras dos Estados da Nação, porta-bandeiras, microfone, caixas de som, data-show, telão, mesas, cadeiras, etc.
2. LABORATÓRIO DE ECOTURISMO - GPS, fita métrica, botas, capacetes, luvas, caneleiras de couro, facão, enxada, rastelo, óculos, manta térmica, máquina fotográfica, filmadora, notebook, etc.
3. LABORATÓRIO DE RECEPTIVO - computador, mesas, cadeiras, softwares, etc;
4. LABORATÓRIO DE MUSEOLOGIA - expositores (vários tipos) e material de acervo – parceria com Museu de Arraías, ou com Centro de Documentação do Câmpus. Que foi aprovado via emenda parlamentar de R\$ 170.000,00 e está em processo de definição do espaço físico para instalação, sugestão que seja incorporado ao prédio da biblioteca;
5. EMPRESA JÚNIOR.
6. LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE MULTIMÍDIA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – LIMITIC do Câmpus – interlocução dos vários cursos e produção audiovisual e para uso do marketing.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo/SP: Contexto. 1998.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas. 2002.

OLIVEIRA, J.B.A.; CHADWICK, C. **Aprender e Ensinar**. São Paulo/SP: Global. 2002.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul. 1999.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: Identidade e saberes da docência**. 2012, p. 15-38.

SANTOMÉ, J T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas. 1998.

ANEXO A – REGIMENTO DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL-UFT/ARRAIAS

REGIMENTO DO CURSO DE TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL – UFT/ARRAIAS

CAPÍTULO I

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica, cultural e política educacional, com intuito de acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressaltando a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

- I - Órgão deliberativo e consultivo: Colegiado de Curso;
- II - Órgão deliberativo e consultivo: O Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- III - Órgão executivo: Coordenação acadêmica;
- IV - Órgão de Apoio Acadêmico: Coordenação de Estágio do Curso; Central de Estágio e Núcleo de Desenvolvimento Acadêmico (NDA).
- V – Órgão de Apoio Administrativo: Secretaria Acadêmica; Secretária do Curso.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

- I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;
- II – Docentes efetivos do Curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT).

a) Os representantes discentes são indicados pelo Centro Acadêmicos do Curso por meio da ata de posse do Centro Acadêmico e do ofício de seu presidente, indicando os representantes e suplentes.

b) Em caso de substituição dos representantes discentes estes devem estar de acordo com Estatuto do Centro Acadêmico e deve ser comunicado a coordenação do curso, por meio de ata e/ou certidão emitida pelo presidente do Centro Acadêmico.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

I – Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o forma, com respectivos créditos;

II – Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

III – Estabelecer normas para o desenvolvimento dos professores orientadores;

IV – Opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participam da formação do curso sob sua responsabilidade;

V – Fiscalizar o desenvolvimento do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI – Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII – Estudar e seguir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII – Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX – Propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

X – Eleger o Coordenador (a) e o Coordenador (a) Substituto (a);

XI – Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação;

XII – Coordenar e supervisionar as atividades de produção do Relatório Técnico Científico necessária à formação profissional.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 – O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu coordenador, por 1/3 (um terço) dos seus membros.

§ 1º - As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo com 48 horas de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus docentes, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus docentes.

§ 2º - Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quórum serão considerados apenas os professores em pleno exercício. Sendo assim, o professor legalmente licenciado ou afastado não terá direito a voto.

§ 3º - O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

§ 4º - Os professores substitutos devem ser convocados a participar das reuniões do colegiado, com direito a voz, contudo, sem direito a voto.

§ 5º - A falta nas reuniões ordinárias deste colegiado pode ser justificada através de: 1) licença-médica; 2) participação em eventos científicos; 3) Aulas-campo; 4) atividades de representação; 5) convocações oficiais prévias de outros órgãos desde que apresentadas a este colegiado; 6) atividades de pesquisa em campo no âmbito de projetos cadastrados;

§ 6º - Os pontos para serem inseridos na pauta devem ser enviados até o prazo limite de 24 horas antes da reunião e documentado. Para os pedidos de remoção, redistribuição, afastamento, licença sem vencimentos, entre outros dessa natureza, devem ser apresentados via memorando, seguindo as instruções processuais pertinentes.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas/justificadas oficialmente. Em até 48 horas.

§ 1º - O membro do colegiado que não justificar sua ausência na reunião receberá falta em seu ponto e consequentemente o desconto em sua folha de pagamento.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8º - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por coordenador (a), eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º - Caberá ao Colegiado de Curso, por meio de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Coordenador (a) Substituto para substituir o coordenador (a) em suas ausências justificadas;

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme § 1º deste capítulo;

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade;

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo com as normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Colegiado indicar o coordenador interino.

Art. 9º - Ao Coordenador de Curso compete:

I – Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III – Nomear um professor responsável pela organização do Relatório Técnico Científico, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado e o Roteiro do Relatório;

IV – Convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V – Organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI – Designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a submetidas à apreciação do Colegiado;

VII – Deliberar dentro de suas atribuições legais “ad referendum” do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DO CORPO DOCENTE

Art. 10 – O corpo docente, constituído pelo pessoal que exerce a atividade de ensino, pesquisa e extensão, distribui-se pelas seguintes classes de carreira do magistério?

- I – Professor titular;
- II – Professor adjunto;
- III – Professor assistente;
- IV – Professor auxiliar.

§ 1º - Com caráter probatório, para iniciação em atividades docentes, poderá ser admitido professor especialista com a designação de auxiliar de ensino.

§ 2º - O docente que exercer atividades de ensino ou pesquisa na Universidade, em decorrência de acordo, convênio ou programa de intercâmbio com entidade congênere, será classificado como professor visitante.

§ 3º - para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica, poderão ser contratados professores substitutos, de acordo com a conveniência da Universidade, consideradas as respectivas qualificações.

Art. 11 – As licenças para afastamento docente estão previstas nos art. 123 e 124 do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º - As comunicações de afastamento docente para participação em congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica deve ser comunicada ao Presidente do Colegiado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 12 - A secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

- I – Encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- II – Auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III – Instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

IV – Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V- Elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

VI – Secretariar as reuniões do Colegiado;

VII – Redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

VIII – Manter o controle atualizado de todos os processos;

IX – Manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;

X – Auxiliar às atividades dos professores de Estágio Supervisionado e do Relatório Técnico Científico.

XI – Desempenhar as demais atividades de apoio necessários ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;

XII – Manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;

XIII – Apoio administrativo aos docentes deste colegiado;

XIV – Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO IX DO REGIMENTO DIDÁTICO

Seção I

Do Currículo do Curso

Art. 13 – O regime didático do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 14 – O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º - A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 15 – A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará às normativas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 16 – A constituição do currículo pleno do curso:

I – Atividades acadêmicas fixadas pela legislação pertinente;

II – Atividades integrantes, complementares e obrigatórias, de acordo com o respectivo Projeto Pedagógico do Curso e regimentos;

III – Atividades acadêmicas, de livre escolha do discente entre aquelas oferecidas pela Universidade e outras instituições de ensino superior;

IV – Atividades acadêmicas de caráter geral e humanístico, necessárias à melhor formação da cidadania;

Parágrafo Único – O Colegiado de curso deverá estabelecer, previamente, as atividades acadêmicas válidas para o cômputo de carga horária, submetendo-as à Pró-reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 17 – A proposta de qual quer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 18 – O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção II

Da Oferta de Disciplinas

Art. 19 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

Art. 20 – O Colegiado de Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental fará uso progressivo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), disponíveis para apoio da docência e inserção dos discentes no uso das tecnologias e dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Podendo fazer uso de até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, utilizando a modalidade semipresencial para oferta das disciplinas ou atividades integrantes e complementares do currículo do curso. Conforme previsto na PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004 do MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

§ 1º - Para fins da Portaria, caracteriza-se atividade na modalidade semipresencial, quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem e com mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem as TDIC remota.

§ 2º - Caberá ao Núcleo Estruturante do Curso, elaborar as normas para validação e avaliação das atividades semipresencial que deverão ser aprovadas e normatizadas no Colegiado de Curso.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 22 – Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.